

AE  
Ateliê Editorial

*A*  

---

Ateliê Editorial

Uma Bibliografia do Marxismo  
no Brasil

  
Ateliê Editorial



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO  
Instituída pelo Diretório Nacional do  
Partido dos Trabalhadores  
em maio de 1996

DIRETORIA

*Presidente Interino*

Brenno Cesar Gomes de Almeida

DIRETORES

Elen Coutinho, Monica Valente,

Naiara Raiol, Alberto Cantalice,

Alexandre Macedo de Oliveira,

Carlos Henrique Árabe,

Jorge Bittar, Valter Pomar

EDITOR

Plinio Martins Filho

CONSELHO EDITORIAL

Aurora Fornoni Bernardini

Beatriz Mugayar Kühl

Gustavo Piqueira

João Angelo Oliva Neto

José de Paula Ramos Jr.

Leopoldo Bernucci

Lincoln Secco

Luís Bueno

Luiz Tatit

Marcelino Freire

Marco Lucchesi

Marcus Vinicius Mazzari

Marisa Midori Deaecto

Paulo Franchetti

Solange Fiuza

Thiago Mio Salla

Vagner Camilo

Walnice Nogueira Galvão

Wander Melo Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Albino Rubim, Alice Ruiz,

André Singer, Clarisse Paradis,

Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,

Emir Sader, Hamilton Pereira,

Láís Abramo, Luiz Dulci,

Macaé Evaristo, Marcio Meira,

Maria Rita Kehl, Marisa Midori,

Rita Sipahi, Tássia Rabelo,

Valter Silvério

DIRETOR DA EDITORA

Carlos Henrique Árabe

COORDENADOR EDITORIAL

Rogério Chaves

ASSISTENTE EDITORIAL

Raquel Costa

Dainis Karepovs

Uma Bibliografia do Marxismo  
no Brasil

*Dos Primórdios a 1968*

---

Ateliê Editorial

Copyright © 2026 by Dainis Karepovs

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Karepovs, Dainis.

*Uma Bibliografia do Marxismo no Brasil: Dos Primórdios a 1968* / Dainis Karepovs. – 1ª ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2026. – (Coleção 100 Anos da Revolução Russa)

Bibliografia

ISBN: 978-65-5580-191-0 (Ateliê Editorial)

ISBN: 978-65-5626-171-3 (Fundação Perseu Abramo)

I. Bibliografia 2. Comunismo – Brasil – Bibliografia  
3. Comunismo – História – Fontes 4. Marxismo  
5. Marxismo – História I. Título. II. Série.

26-338230.0

CDD-335.40981

Índices para catálogo sistemático:

I. Marxismo: Brasil: História 335.40981

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Direitos reservados à

ATELIÊ EDITORIAL

Estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897  
06709-300 – Granja Viana – Cotia – SP

contato@ateliê.com.br

www.ateliê.com.br

instagram.com/ateliê\_editorial

facebook.com/ateliêeditorial

blog.ateliê.com.br

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana  
04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

Printed in Brazil 2026

Foi feito o depósito legal.

# Sumário

PREFÁCIO - <i>Lincoln Secco</i> .....	13
INTRODUÇÃO .....	17
<hr/>	
UMA BIBLIOGRAFIA DO MARXISMO NO BRASIL	
<i>A</i> .....	81
<i>B</i> .....	97
<i>C</i> .....	119
<i>D</i> .....	136
<i>E</i> .....	143
<i>F</i> .....	150
<i>G</i> .....	160
<i>H</i> .....	169
<i>I</i> .....	175
<i>J</i> .....	178
<i>K</i> .....	180

<i>L</i> .....	187
<i>M</i> .....	203
<i>N</i> .....	221
<i>O</i> .....	224
<i>P</i> .....	227
<i>Q</i> .....	250
<i>R</i> .....	251
<i>S</i> .....	260
<i>T</i> .....	281
<i>U</i> .....	286
<i>V</i> .....	288
<i>W</i> .....	292
<i>X</i> .....	296
<i>Y</i> .....	296
<i>Z</i> .....	296
<hr/>	
ANO DE EDIÇÃO .....	299
EDITORAS .....	395
ANEXO: LITERATURA DE VIAGEM .....	497
CADERNO DE IMAGENS .....	503
AGRADECIMENTOS .....	547



AE

---

*“Lede e fazei ler.”\**

Ateliê Editorial

# AE

---

## Ateliê Editorial

\* Esta epígrafe foi retirada de um texto publicado na contracapa da brochura de Charles Rappoport, *Noções do Comunismo*, editada pelo PCB em Recife em 1924: “Lede e fazei ler este folheto. Estudai o comunismo. Fora dele não há solução possível para os grandes problemas da atualidade. Ingressai no Partido Comunista”.

*A Sísifo*

AE

*Ao professor Edgard Carone*

(in memoriam)

*A Ana Clara Mitestaines Karepovs*

---

Ateliê Editorial

AE  
Ateliê Editorial

# Prefácio

LINCOLN SECCO

*Professor do Departamento de História da USP*

O marxismo no Brasil começou a se tornar um objeto acadêmico a partir da década de 1960. Antes, a universidade passou em boa medida ao largo do grande debate da esquerda que era a Revolução Brasileira.

Nos anos 1970, as interpretações de autores vinculados à cultura trabalhista e comunista foram questionadas e se formou lentamente uma vaga de estudos críticos sobre as ideias marxistas pré 1964. No entanto, raramente elas se debruçaram sobre a infraestrutura intelectual das ideias, ou seja, não levaram em conta seus suportes materiais.

Ao lado da transmissão oral, a propaganda do marxismo só podia se tornar elemento da formação política e cultural por meio de livros. A agitação política, as greves, protestos, comícios, passeatas, campanhas eleitorais, a imagem dos dirigentes e as formulações políticas dos “quadros” partidários dependiam da circulação de impressos como revistas, jornais, volantes e cartazes. Era necessário possuir gráficas, montar editoras, importar livros, constituir uma rede de apoio entre autores, capistas, tradutores, jornalistas, jornaleiros, professores, distribuidores, gráficos, livreiros e outros profissionais da cadeia de produção do livro.

O comunismo configurou-se como um movimento doutrinário e pedagógico, posto que dotado de uma teoria e voltado à sua disseminação através de aulas, palestras, debates, leituras em voz alta, grupos de estudos e outras formas que até hoje subsistem, malgrado a revolução informática.

Uma história que não busque quantificar o número de membros das organizações políticas e seu raio de incidência; que não leve em conta tiragens, número de edições, formato dos livros etc., perde de vista aquilo que transforma uma ideia numa força real. Caso contrário, ela não passaria de uma extravagância teórica.

Claro que as edições de um livro, por exemplo, são um índice (na terminologia da linguística): elas indicam, sugerem, corroboram parcialmente; mas

isoladamente não são um número definidor de uma transformação cultural. Neste caso, a tiragem deve estar a serviço da História, parafraseando Lucien Febvre.

Como sugere Dainis Karepovs em *Uma Bibliografia do Marxismo no Brasil*, a tiragem de três mil exemplares da primeira edição brasileira do *Manifesto Comunista* precisa ser compreendida à luz do momento político, dos ciclos da economia, da apreensão e destruição de livros, da censura postal e outros modos de reprimir que são algumas das contribuições das classes dominantes brasileiras ao mundo.

O autor nos brinda com um instrumento ímpar para todas as pessoas que estudam a cultura de esquerda (e também de direita) no Brasil. Sua bibliografia nos permite aquilatar transformações políticas pelas quais passou o debate estratégico das esquerdas brasileiras e também a construção da ideologia anticomunista que, mediante uma caricatura das ideias progressistas, acompanhou o próprio evoluir do marxismo.

Dainis Karepovs partiu do trabalho anterior de Edgard Carone, pioneiro na sistematização de uma história da República, do Movimento Operário e da História do Livro. Carone foi um colecionador de obras raras sobre aqueles temas e publicou em 1986 *O Marxismo no Brasil – Das Origens a 1964*. Como Carone declarou em nota introdutória, a maior parte dos livros recensados pertencia ao autor.

É uma obra que há muito tempo merecia ser reeditada e “completada”, pois Carone não dispunha da informática para realizar sua pesquisa ou para comprar livros raros em todo o Brasil e até em outros países. Ele dependia de viagens e solicitações de catálogos que poucos sebos possuíam. Era outro o mercado livreiro de sua época. Astrojildo Pereira e Edgard Rodrigues (para a cultura anarquista) também foram bibliófilos e colecionadores de esquerda. Em outros países, os bibliófilos marxistas não estiveram isentos de lacunas nesta tarefa difícil que é a do deslocamento do eixo habitual da análise para a difusão dos impressos. Mas Carone não pôde reeditar uma versão ampliada do seu livro.

Dainis Karepovs, portanto, é um herdeiro de uma cultura, a da bibliofilia de esquerda; e é um pesquisador que amplia os horizontes anteriores. Enquanto militante, Dainis conviveu com importantes lideranças que atuaram no Brasil desde os anos 1920; como historiador, ele travou contato direto ou indireto com pesquisadores da História do Livro no Brasil e no exterior; enquanto

bibliófilo, ele constituiu uma biblioteca que foi a base da sua bibliografia do marxismo.

Dainis Karepovs se tornou, como seu orientador Edgard Carone, figura lendária nos alfarrábios. Livreiros já o conheciam e garimpadores pressentiam um dia difícil quando vislumbravam seu vulto atrás de uma estante ou o encontravam saindo de um sebo. Ele é um apaixonado pelos livros e sua bibliografia é majoritariamente de exemplares consultados *de visu*. Seu conhecimento da circulação dos impressos contribuiu para suas obras sobre o PCB, o trotskismo no Brasil e outras.

Em *Uma Bibliografia do Marxismo no Brasil*, Dainis Karepovs tomou por base o supracitado *O Marxismo no Brasil* de Edgard Carone, mas dilatou a periodização (1893 a 1968). O autor constatou que de 1964 até 1968 houve aumento das edições marxistas e deu consistência empírica à hipótese de Roberto Schwarz de uma hegemonia da cultura de esquerda, apesar do golpe civil e militar. O recuo para 1893 se deve às suas descobertas nos sebos e a uma reconceituação do objeto da bibliografia, já que para o autor os socialistas brasileiros do *fin de siècle* eram marxistas pelos critérios do seu tempo.

Nenhuma pesquisa da cultura de esquerda no Brasil poderá prescindir deste livro. Dainis Karepovs aumentou sobremaneira o número de títulos e reorganizou a disposição dos mesmos. Elaborou uma listagem única em ordem alfabética de autor combinada a índices de nomes de autores, de editoras e de ano de publicação. Construiu, assim, um verdadeiro meio de produção intelectual para historiadores, colecionadores e bibliófilos.

AE  
Ateliê Editorial

# Introdução

*Não nos aflijamos se o socialismo apareceu na China primeiro que no Brasil. Cá virá a seu tempo. Creio até que já há um esboço dele. Houve, pelo menos, um princípio de questão operária, e uma associação de operários, organizada para o fim de não mandar operários à câmara dos deputados, o contrário do que fazem os seus colegas ingleses e franceses. Questão de meio e de tempo. Cá chegará; os livros já aí estão há muito; resta só traduzi-los e espalhá-los.*

MACHADO DE ASSIS, “A Semana”,  
*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 15.4.1894.

Este é um livro de livros. Mas, mais que isso, é um livro de paixão por livros. Um livro que se coloca na linha de frente da luta pela salvaguarda da memória e pela preservação material deste objeto, em suas mais variadas formas tomadas ao longo dos séculos, sobre o qual se construiu o mundo em que vivemos e onde encontramos o conhecimento, a compreensão, as dúvidas prospectivas, as expressões individuais ou coletivas da humanidade. É um livro que tem a ambição de servir como subsídio àqueles que praticam um ramo da história cultural que tem nos livros e em seu entorno o foco na busca de novos ângulos de compreensão dos rumos de nossa sociedade e que tanto tem prosperado entre nós nos últimos anos, especialmente, entre outros, pela sua produção e atividade, em torno dos professores Marisa Midori Deaecto e Lincoln Secco, que tanto incentivaram e contribuíram para a realização deste livro. Enfim, um livro que pretende emoldurar diferentes percepções de nosso mundo.

O *Dicionário Houaiss* define o substantivo feminino “bibliografia” como sendo um repertório que agrupa textos impressos em conformidade a critérios sistemáticos diversos (autoral, cronológico, histórico, temático etc.), com o objetivo de facilitar o acesso a eles. Sua feitura tem, desse modo, o propósito de disponibilizar tal instrumento de pesquisa àqueles que buscam se aproximar ou se aprofundar nas temáticas ali agrupadas.

Evidentemente, a depender do tema abordado e de sua localização geográfica, a tarefa assume proporções notáveis. É justamente o caso desta bibliografia referente ao marxismo no Brasil.

Mas antes de darmos uma visão geral deste trabalho é necessário que se enfatizem aqui duas condicionantes que dificultam sobremaneira os objetivos deste livro e que integram aquilo que julgamos ser uma espécie de “pacto” daquelas que poderíamos mal chamar de “elites socioeconômicas” do Brasil – pois, se cotejarmos sua atuação com um simples verbete enciclopédico, técnico ou léxico, não é possível deixar de concluir que estas “elites” não conseguem preencher qualquer das definições aí arroladas – voltado contra a formação educacional da imensa maioria da população do país, numa espécie de negação estrutural da educação e da cultura ao povo brasileiro.

A primeira delas é o analfabetismo. Na condição de último e muito tardio país a abolir a escravidão no continente americano, o regime monárquico brasileiro deixou ao nascente regime que o sucedeu a partir de novembro de 1889 um quase inacreditável e vergonhoso índice de mais de 80% da população em completo estado de analfabetismo. Recordemos que, na mesma ocasião, os Estados Unidos possuíam um índice nacional de analfabetismo da ordem de 13,3% e que países como a Inglaterra, a França e a Alemanha atingiram a alfabetização formal completa de suas populações por volta de 1900<sup>1</sup>.

Neste ponto também é importante agregar um dado cultural. Não nos devemos esquecer que o catolicismo era a religião oficial do Império brasileiro e que tal fato nos ajuda a compreender a chaga do analfabetismo, sob um ponto de vista que remonta ao século XVI, como nos ensina João Adolfo Hansen. Ele mostra como, a este propósito, as religiões ao longo dos séculos atuaram contra os seus críticos. No caso da religião católica, por ocasião de sua cisão protestante, Hansen deixa claras as consequências:

Entre as teses reformadas que Martinho Lutero publicou em Wittenberg em 1517, uma das principais é a da *sola scriptura*, só com a escritura. A tese afirma que o fiel não necessita dos ritos visíveis e do clero da Igreja como mediação entre ele e Deus, mas que basta possuir uma Bíblia e lê-la em silêncio, solitariamente, esperando que Deus apareça.

1. Estados Unidos, National Center for Education Statistics – National Assessment of Adult Literacy, *120 Years of Literacy*, em [https://nces.ed.gov/naal/lit\\_history.asp#overview](https://nces.ed.gov/naal/lit_history.asp#overview) acesso em 10.4.2023; Vicent David, “Alfabetização e Desenvolvimento”. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 19, n. 58, p. 541, jul.-set. 2014, Rio de Janeiro.

O Concílio de Trento decretou a tese herética e proibiu a leitura da Bíblia pelos católicos, para impedir o livre-exame. Isso teve consequências que até hoje nos atingem: os países católicos em que os reis eram aliados do papa, como a Espanha e Portugal, escolheram manter as populações dos reinos e as populações pobres, negras e indígenas das colônias da América, analfabetas, e a palavra de Deus foi transmitida oralmente a eles pelo padre iluminado pelo Espírito Santo. Instituições como o Santo Ofício da Inquisição aqueceram o dogma com o fogo. Nos lugares do Norte da Europa que se tornaram protestantes, os presbíteros trataram de alfabetizar as populações para a leitura da Bíblia editada em língua vulgar. A imprensa permitiu a edição barata e em grande quantidade de Bíblias reformadas, luteranas, calvinistas, anglicanas, anabatistas etc.<sup>2</sup>

Dito isto, é preciso reconhecer que os governos que sucederam a monarquia, do mesmo modo, no período que engloba esta bibliografia, também tiveram uma atuação pífia no campo de enfrentamento ao analfabetismo da população brasileira, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela I. ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS – BRASIL – 1900-1970.

Ano	Taxa de Analfabetismo
1900	65,3 %
1920	65,0 %
1940	56,1 %
1950	50,6 %
1960	39,7 %
1970	33,7 %

Fontes: IBGE, Censos Demográficos.

Hoje, se a porcentagem da população do Brasil com mais de quinze anos que está sob a sombra do analfabetismo foi reduzida a 6,6% (de acordo com dados de 2019), o país ainda se vê às voltas com o fenômeno do chamado analfabetismo funcional – que é a incapacidade de compreender e interpretar textos e ideias e fazer operações matemáticas, mesmo sabendo ler – que atinge

2. João Adolfo Hansen, *O Que É um Livro?*, Cotia/São Paulo, Ateliê Editorial/Edições Sesc, 2019, pp. 15-16.

cerca de 29% dos brasileiros (de acordo com dados de 2018)<sup>3</sup>, o qual toma dimensões assustadoras, na era das “redes sociais” (onde a prevalência da oralidade e de imagens é determinante), com o chamado fenômeno das *fake news*. Enfim, frente a este panorama, quando o foco é leitura e o acesso a ela, é fácil perceber como as “élites socioeconômicas” do Brasil têm no analfabetismo e no analfabetismo funcional sólidos pilares de construção e manutenção de seu edifício de poder.

A outra dessas condicionantes é a da violência estatal e paraestatal. Especificamente, fala-se aqui da perseguição e dos ataques movidos contra os movimentos sociais, e, por extensão, contra editoras, livros, seus leitores e sua circulação. Isto ocorria através de uma ampla gama de ações estatais ou paraestatais: censura, fechamento de editoras, apreensões, perseguições tanto a editoras como a autores, livrarias e leitores, prisões, ataques terroristas, destruição de livros. E não é ocioso recordar que o Partido Comunista e outras formações partidárias que se reivindicavam do marxismo, no período abrangido por esta bibliografia, excetuado um par de anos, sempre foram organizações ilegais e clandestinas, e, como tais, intensa e brutalmente fustigadas pela repressão

Hoje, se parte dessa produção marxista brasileira pôde ser recuperada, isto se deve sobretudo aos arquivos dedicados à história da esquerda brasileira que foram constituídos Brasil a fora a partir dos anos 1970 e que colheram documentação preservada em poder de militantes que a conservaram ao longo de todo este período. E, também, paradoxalmente, aos arquivos das polícias políticas que foram desativadas e cujos acervos, incorporados aos arquivos públicos, foram abertos ao público no final do século xx. E, claro, não é possível ignorar o aporte do comércio de livros usados, os populares sebos, que permitiram ao longo do tempo formar esta bibliografia.



Esta é uma bibliografia que reúne livros e brochuras publicados no Brasil entre 1893 e 1968. Ela agrupa as obras publicadas em terra brasileira<sup>4</sup> que

3. Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro, *Indicador de Alfabetismo Funcional Brasil 2018. Resultados Preliminares*, em [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018\\_Relato-C3%B3rio-Resultados-Preliminares\\_vo8Ago2018.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relato-C3%B3rio-Resultados-Preliminares_vo8Ago2018.pdf), acesso em 4.4.2023.
4. Ela também inclui algumas poucas obras publicadas no exterior durante os períodos ditatoriais do Estado Novo e após 1964.

mostram como as ideias marxistas foram aqui recebidas, difundidas e interpretadas ao longo deste período de 76 anos. Assim, além de agrupar os textos escritos por Karl Marx e daqueles que se reivindicam de suas concepções, este volume também traz textos que discutem e polemizam ou insultam – neste último quesito, aliás, estão em insuperável precedência aqueles de autoria de militares e religiosos – as ideias marxistas.

Esta bibliografia teve como ponto de partida uma sólida base: o livro de Edgard Carone *O Marxismo no Brasil*<sup>5</sup>. No entanto, como os leitores que se dispuserem a um cotejamento se darão conta, houve um considerável incremento em relação ao número de títulos indicados na obra de 1986 – crescimento que, aliás, o próprio professor Carone antevia em seu prefácio.

Todavia, este livro não adotou as divisões temáticas propostas em *O Marxismo no Brasil* e tampouco os marcos cronológicos ali estabelecidos. Ao abolirmos as divisões propostas no texto de Carone, o fizemos por crer que as divisões temáticas no caso de muitas obras de caráter não raro polissêmico se prestariam mais a polêmicas estéreis do que a dar ao leitor discernimento e convicção. Assim, optamos por aqui apresentar as obras em ordem alfabética de autores por julgarmos que os índices existentes ao final do volume (por ano de edição e por editoras) seriam mais eficazes e auxiliariam os leitores na recuperação e na organização das informações a eles necessárias. Embora não pudessem aqui ser incorporados *stricto sensu*, a única exceção temática aqui incluída foi feita em relação aos livros dos viajantes aos países socialistas, em razão de sua especificidade e também pela proximidade com a temática geral deste volume, por tais obras retratarem nações que romperam com a lógica capitalista e adotaram novas relações sociais, institucionais e de produção situadas no campo das ideias marxistas e que receberam o olhar desses autores. No entanto, é importante ressaltar, tais autores o mais das vezes não lançavam o seu olhar a tais países com a preocupação de buscar naquelas experiências das quais eram testemunhas a sua adequação ou não aos conceitos marxistas.

Já em relação aos limites temporais, tanto os antecipamos como os ampliamos. No primeiro caso, de um lado, os antecipamos para 1893, embora tenhamos a convicção de que eles possam ter uma datação mais remota ainda, porém até o momento não foi possível encontrar livros ou brochuras anteriores a essa data, embora se encontrem textos publicados em periódicos com

5. Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil (Das Origens a 1964)*, Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986, 264 pp.

a forma de fascículos que competia ao leitor montar e lhe dar o formato de brochura, o que pode ser indicativo de que alguns deles tenham tomado a forma de brochuras em casos de forte demanda de reprodução por parte dos leitores desses periódicos. De qualquer forma, a antecipação aqui procedida se deve ao fato de os textos encontrados serem em geral vinculados às posições da chamada Segunda Internacional ou Internacional Socialista e usualmente considerados como reformistas, mas podem ser classificados como marxistas pelos critérios de seu tempo

De outro, acreditamos, sob o enfoque da história cultural, que o limite final que assinala o epílogo da era iniciada em 1945, ao fim do chamado “Estado Novo”, e que marca o final da influência cultural da esquerda na sociedade, foi o Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968. O golpe de Estado de 1964 deve ser entendido como um marco histórico e político, mas não cultural. Esta distinção envolve um paradoxo, qual seja, o de uma peculiar convivência entre uma ditadura e a difusão e o debate do marxismo no Brasil. Tal questão foi suscitada por Roberto Schwarz em seu já clássico “Cultura e Política, 1964-1969” publicado em 1970. Nele, Schwartz apontava o centro do paradoxo: “*Apesar da ditadura de direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. [...] Nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom*”<sup>6</sup>. Após o golpe de Estado de 1964 desalojar o presidente legalmente ocupante do cargo, João Goulart, ficaram claros os imediatos objetivos da ditadura que se apossou do poder:

Intervenção e terror nos sindicatos, terror na zona rural, rebaixamento geral de salários, expurgo especialmente nos escalões baixos das Forças Armadas, inquérito militar na Universidade, invasão de igrejas, dissolução das organizações estudantis, censura, suspensão de *habeas corpus*. [...] Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados<sup>7</sup>.

Assim, interrompidas as conexões entre a intelectualidade de esquerda e as massas, a parte daquela não perseguida de início pelos golpistas não teve bloqueada a circulação de suas ideias. Aliava-se este movimento da ditadura à maquiavélica compreensão de que os elevadíssimos índices de analfabetismo do Brasil e a profunda miséria serviriam para manter a atuação da intelectualidade

6. Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns Esquemas”, *O Pai de Família e Outros Estudos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 62. Grifos do original.

7. *Idem, ibidem*.

em campo restrito. Isto permitiu que esta intelectualidade de esquerda continuasse “estudando, ensinando, editando, filmando, falando” e criasse “uma geração anticapitalista”<sup>8</sup>, embora isso não ocorresse sem perseguições, conflitos, prisões e contradições. Tal situação, todavia, foi alterada quando os golpistas de 1964 se aperceberam que parte dessa “geração anticapitalista” se transformara em uma “massa politicamente perigosa”, aos seus olhos, e começaram a surgir grupos que passaram a propagar a luta armada contra a ditadura. Em dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional n. 5, essa hegemonia cultural da esquerda foi quebrada e passou a ser enfaticamente perseguida.



Embora seja lícito supor que as ideias de Marx tenham começado a chegar ao Brasil no século XIX, também é correto afirmar que a penetração de suas concepções, seja em termos interpretativos, ideológicos ou até político-organizacionais, começou a tomar forma no século XX, em particular depois da Revolução Russa e mais especificamente após a fundação da Seção Brasileira da Internacional Comunista, o Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922. A partir de então iniciou-se uma trajetória crescente de penetração de suas obras e de suas ideias que chega aos nossos dias<sup>9</sup>.

Embora já se conhecessem em terras brasileiras difusão e discussões sobre socialismo e até experimentos do que se denomina como socialismo utópico<sup>10</sup>, foi somente após a Comuna de Paris que chegaram as primeiras informações mais detalhadas sobre Marx e sua obra. Graças a Astrojildo Pereira, fundador do PCB, em 1948, é que se recuperou uma informação concisa e informal de razoável acurácia, acompanhado de um conhecido retrato de Karl Marx, pu-

8. *Idem*, p. 63.

9. Não é nosso propósito aqui, nesta introdução, refazer a trajetória dos livros e editoras marxistas e que já foi competente e exaustivamente realizada por Edgard Carone e Lincoln Secco, a cuja leitura obrigatória remetemos: Edgard Carone, “Introdução”, *O Marxismo no Brasil*, pp. 9-78; este texto teve uma posterior reedição em Edgard Carone, *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, org. Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto, São Paulo, Xamã, 2004, pp. 17-74; Lincoln Secco, *A Batalha dos Livros: Formação da Esquerda no Brasil*, Cotia, Ateliê Editorial, 2017.

10. Ver, por exemplo, Vamireh Chacon, *História das Ideias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; Newton Stadler de Souza, *O Anarquismo da Colônia Cecília*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970; e Ivone Cecília d’Ávila Gallo, *A Aurora do Socialismo: Fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*, Campinas, Unicamp, 2002 (Tese de Doutorado).

blicado pelo periódico *Echo Americano*, em seu número de 28 de fevereiro de 1872<sup>11</sup>. Nesse perfil biográfico de Marx, o texto publicado na revista carioca assim resumia suas ideias:

A doutrina de Karl Marx se distingue dos sistemas dos outros socialistas. Rejeita todas as concepções e deduções doutrinárias e procura demonstrar que a sociedade atual possui os germes de uma sociedade nova; que esta sociedade elabora-se por meio da luta de classes que, depois de ter passado pela ditadura transitória, se fundirão finalmente na Associação dos Produtores Livres, baseada sobre a propriedade coletiva do terreno e dos instrumentos de trabalho. Em segundo lugar, Marx proclama o caráter internacional dessa luta de classe e da transformação social que dela há de resultar<sup>12</sup>.

Neste texto também se mencionou a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Primeira Internacional, e o papel de Marx nela. Pouco antes, em 30 de junho de 1871, logo após os acontecimentos da Comuna de Paris, os deputados e senadores brasileiros, em um debate em que se afirmava ser o comunismo o “cancro do mundo moderno”<sup>13</sup> – depois de tentarem, sem sucesso, propor medida de extradição para eventuais refugiados franceses que houvessem participado da Comuna –, aprovaram uma moção manifestando seu “sentimento de horror contra a anarquia que acaba de destruir a mais bela parte da grande capital francesa, congratulando-se pela vitória da causa da civilização e dos princípios do cristianismo”<sup>14</sup>. Alguns meses depois, na imprensa da capital da Província de São Paulo, difundiram-se boatos de que “comunistas, abolicionistas, internacionalistas” planejavam incendiar a Faculdade de Direito, instalar barricadas nas ruas e desencadear uma insurreiçãõ de escravos, liderada por Luiz Gama!<sup>15</sup> Como se sabe, tais vocabulário e procedimentos mantiveram-se até os nossos dias.

Mas nunca é demais, mais uma vez, valer-se do luxuoso apoio de Roberto Schwarz. No capítulo de abertura de seu livro em que discute o surgimento

11. O texto do *Echo Americano* acabou reproduzido em outros periódicos do país, como o *Correio Paulistano*, de São Paulo, em sua edição de 14.05.1872, p. 1 e 2.

12. Originalmente encontra-se em: “O Dr. Karl Marx”, *Echo Americano*, n. 20, p. 366, 29.2.1872, Rio de Janeiro. Esta transcrição foi retirada de José Nilo Tavares, *Marx, o Socialismo e o Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, pp. 140-141.

13. José Nilo Tavares, *Marx, o Socialismo e o Brasil*, p. 102.

14. *Idem*, p. 107 (nota 18).

15. Luiz Gama, “A Pedido: Luiz G. P. Gama”, *Correio Paulistano*, pp. 2-3, 10.11.1871, em *Obras Completas*, vol. 5: *Direito (1870-1875)*, org. Bruno Rodrigues de Lima, São Paulo, Hedra, 2023, pp. 251-254.

do romance no Brasil a partir de análises das obras de José de Alencar (1829-1877) e Machado de Assis (1839-1908)<sup>16</sup>, intitulado “As Ideias Fora do Lugar”, e que acabou ao longo dos anos ganhando vida autônoma, Schwarz enfatiza que, no Segundo Reinado, no centro dos debates sobre a realidade brasileira de então havia uma contradição insuperável: enquanto ali se defendiam e se debatiam ideias e princípios liberais – as ideias mais adiantadas do planeta, como sarcasticamente observa o autor – as discussões se davam à sombra da escravidão, o que efetivamente desmentia aquele liberalismo de fancaria.

Muito provavelmente tais conjunções operadas na conjuntura internacional despertaram interesses, evidentemente, nos círculos mais letrados do país – jamais percamos de vista as elevadíssimas taxas nacionais de analfabetismo – para abrir o caminho à busca de alguma compreensão do que seriam tais ideias, mesmo nos círculos mais conservadores. Retrato disso é o exemplar do resumo de *O Capital* de autoria de Gabriel Deville (o qual havia sido revisto pelo próprio Marx) que integrava a biblioteca do monarquista, ex-deputado, senador vitalício, ministro e conselheiro do imperador Cândido Luiz Maria de Oliveira, por nós encontrado em um “sebo”<sup>17</sup>.

No período que vai da abolição da escravidão e do fim do regime monárquico até a Primeira Guerra Mundial, há uma proliferação de agrupamentos políticos e partidos operários e socialistas, bem como inicia-se a formação das organizações sindicais<sup>18</sup>. Cláudio Batalha chama a atenção para as peculiaridades deste socialismo, que se distinguiu daquele que se manifestara até então – caudatário do denominado socialismo utópico – e daquele que seria adotado pelos setores mais militantes, o anarquismo e suas variantes, os quais rejeitavam o caminho da política institucional e dos partidos políticos, atuando centralmente nos sindicatos operários. Além disso, aqueles socialistas

[...] têm programas nitidamente reformistas, prevendo medidas de defesa dos trabalhadores (diminuição da jornada de trabalho, restrições ao trabalho feminino nas fábricas, proibição do trabalho infantil, criação de juntas arbitrais de conflitos trabalhistas etc.) e

16. Roberto Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
17. Gabriel Deville, *Le Capital de Karl Marx Résumé et Accompagné d'un Aperçu sur le Socialisme Scientifique*, Paris, C. Marpon/E. Flammarion, 1883. 324 p (Bibliothèque Socialiste).
18. Ver Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (Das Origens aos Anos 20)*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1991; e Cláudio Batalha, *Le Syndicalisme “Amarelo” à Rio de Janeiro (1906-1930)*, Paris, Université de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, 1986 (Tese de Doutorado).

reformas no Estado (reforma educacional, reforma fiscal, reforma das Forças Armadas, reforma eleitoral etc.); pouco espaço é destinado à sociedade futura, que não parece muito diferente daquela vislumbrada por certas correntes anarquistas. Nesse aspecto, o socialismo brasileiro é plenamente coerente com o socialismo dominante na Segunda Internacional – apesar da falta de ligações orgânicas entre os grupos brasileiros e esta última –, que encara a instauração da sociedade socialista e o que virá depois como resultado inelutável da marcha da história, concentrando seus principais esforços na ação política de curto e médio prazo, ou seja, na obtenção de vitórias eleitorais e no programa que deverá nortear sua atuação na eventualidade de alcançar o poder<sup>19</sup>.

Judiciosamente, Batalha conclui que “os socialistas brasileiros que atuaram na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”<sup>20</sup>.

É justamente neste período que começam a ser publicadas as primeiras obras desta bibliografia. Além de textos vinculados em grande parte ao tipo de socialismo reformista, tanto de seus representantes brasileiros como de alguns de seus expoentes internacionais, como Vandervelde – dentro de uma coleção denominada Biblioteca Socialista, publicada por importante casa editorial do Rio de Janeiro, indicando que o tema do socialismo apresentava então interesse para justificar a publicação de tais livros –, há outros que são produto de trabalhos acadêmicos e que ressaltam um local, a universidade, onde se encontrava um número importante de leitores deste tipo de literatura, e que o faziam em grande parte no idioma francês, como se pode verificar nas citações e bibliografias de suas obras. Neste conjunto de obras podem ser encontradas várias referências a Marx e às suas ideias, mesmo que sua eventual compreensão fosse não raro discutível.

É importante atentar que neste período houve por parte das diversas correntes socialistas uma preferência pela edição de seus textos em jornais ao invés de livros e brochuras, mesmo os mais longos, que acabavam publicados em fascículos a serem destacados dos periódicos e encadernados pelos seus leitores. Isto pode ser compreendido até por razões práticas. Em primeiro lugar, as de ordem econômica. Os diversos agrupamentos das várias organizações

19. Claudio H. M. Batalha, “A Difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na Virada do Século XIX”, em João Quartim de Moraes (org.), *História do Marxismo no Brasil*, vol. 2: *Os Influxos Teóricos*, 2. ed., Campinas, Editora Unicamp, 2007, pp. 36-37.

20. *Idem*, p. 9.

socialistas e anarquistas, bem como as de caráter sindical, encontravam-se em fase de organização e crescimento e os custos de edição e retorno dos gastos eram mais favoráveis com a publicação de jornais. Os livros e brochuras, por sua vez, como se sabe, além do processo de confecção mais lento que o dos jornais, possuíam, por conta da forma de sua difusão, uma recuperação financeira mais vagarosa. Além disso, é preciso reiterar e destacar a intensa e violenta repressão contra os movimentos sociais desencadeada pelo governo e suas organizações repressivas e paramilitares após o fim da monarquia no Brasil. No Brasil pós-monárquico, a sua “elite” provinciana e politicamente retrógrada iniciava um cínico discurso liberal de defesa do que entendiam por liberdade de expressão. O parágrafo 12 do artigo 72 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, com a redação dada pela Emenda Constitucional de 3.9.1926, afirmava: “Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato”. No entanto, além da encarniçada repressão contra os trabalhadores, as publicações da esquerda e do movimento operário em boa parte acabavam perseguidas, apreendidas e destruídas pela polícia política. A estas só restava o caminho da clandestinidade.

Everardo Dias, entre os vários militantes que deixaram memórias sobre a chamada Primeira República, nos relata um desses episódios:

Tendo-se reunido um grupo de antigos militantes socialistas e anarquistas em meados de abril de 1893, para estudar a maneira de comemorar o 1º de maio em São Paulo, foram denunciados e presos, sendo os estrangeiros transferidos para o Rio, onde penaram nove meses na Detenção e os nacionais, além de presos, foram espancados e advertidos de que se persistissem em tentativas agitadoras seriam castigados de modo exemplar. Veja-se, pela amostra, o que valiam, na prática, as libérrimas leis instituídas dois anos antes...<sup>21</sup>

Em seguida, acrescentando e detalhando o panorama geral da “república” dos “libérrimos liberais”, Dias realça a extensão das ações repressivas do novo regime, que, com intensidade crescente, corriam apartadas de quaisquer limites legais:

Leis repressoras, vigilância policial de seus membros, prisões constantes, ameaças de expulsão, dispensas do serviço como elemento perigoso e agitador etc. Aliás, em nosso

21. Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, São Paulo, Edaglit, 1962, pp. 47-48.

País, tanto os Partidos Operários como as Organizações Sindicais sempre foram considerados focos “subversivos” ou “extremistas” e como tal colocados fora da lei. Nem os jornais escapavam a essa vesânica perseguição. Era muito comum a prisão dos responsáveis pela publicação, eram invadidas as redações, inutilizados ou apreendidos os arquivos. Os Sindicatos eram varejados a qualquer movimento de reivindicação que se preparava e presos aqueles que se encontrassem nas sedes. Às vezes os próprios móveis e livros que compunham a biblioteca eram apreendidos e conduzidos para as delegacias a fim de serem destruídos<sup>22</sup>.

Tal panorama fundamentalmente manteve-se até 1930, com o final da chamada Primeira República, com alguns pontos a serem destacados. O primeiro é que se iniciou um discreto porém importante incremento na publicação de livros e brochuras, o qual se deu a partir do processo de ascenso das mobilizações sociais iniciado com as grandes greves de 1917-1919, em combinação com o impacto causado pela Revolução Russa. A isto se segue a ebulição social causada pelas rebeliões tenentistas de 1922 e 1924, processo este que se manteve até 1930. Todo este processo, também estimulado pelas falsas expectativas criadas com a Conferência de Paz de 1919 e a criação da Organização Internacional do Trabalho, teve como resposta aquela vocalizada por Washington Luiz em sua plataforma para o governo de São Paulo (e depois reiterada em sua plataforma à presidência da República):

Ainda por muitos anos, e eu vos falo para o minuto de um quadriênio, entre nós, em S. Paulo pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade<sup>23</sup>.

Esta frase de Washington Luiz, como se sabe, acabou resumida com precisão cirúrgica pelo movimento dos trabalhadores: “a questão social é um caso de polícia”. E o tempero para condimentar o amargo prato servido aos trabalhadores foi acrescentado pelo sucessor de Washington Luiz, Carlos de Cam-

22. *Idem*, pp. 68-69.

23. Washington Luiz Pereira de Souza, “Plataforma de Governo do Sr. Washington Luiz, Candidato à Presidência de S. Paulo no Quatriênio de 1920-1924, lida no Banquete Oferecido pelo Partido Republicano de São Paulo na Noite de 25 de Janeiro de 1920, no Teatro Municipal”, *Presidência de S. Paulo, Quatriênio 1920-1924: Plataforma Política do Sr. Washington Luiz, Discursos do Sr. Carlos de Campos e do Sr. Jorge Tibiriçá*, São Paulo, Typ. Casa Garraux, 1920, p. 31; Washington Luiz Pereira de Souza, *Plataforma de Governo de Washington Luiz Pereira de Souza, Candidato à Presidência da República para o Quatriênio de 1926-1930, Lida em 28 de Dezembro de 1925 no Rio de Janeiro*, São Paulo, Typ. Casa Garraux, 1926, p. 39.

pos, poucos meses após sua saída do cargo em maio de 1924: a reorganização da polícia paulista, por meio da lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924, com a criação da Delegacia de Ordem Política e Social.

O segundo ponto de destaque é que em meio a isso, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), ocorreu um evento de realce nesta bibliografia: a publicação da primeira edição de um texto de Karl Marx, em colaboração com Friedrich Engels, no Brasil. Trata-se, com um atraso de mais de setenta anos, da publicação do *Manifesto Comunista*. Quase um ano antes o *Manifesto* havia sido publicado, dentro da forma usual de então, em capítulos no jornal *Voz Cosmopolita*, editado pelo Centro Cosmopolita, entidade sindical dirigida então pelos comunistas, entre julho de 1923 e janeiro de 1924. O seu tradutor, o dirigente comunista Octávio Brandão, assim detalhou o trabalho de sua edição em brochura num relatório enviado à Internacional Comunista;

O *Manifesto Comunista* foi traduzido, com cuidado, da edição francesa de Laura Lafargue, revista por Engels. Comparamos esta com a de Andler e procuramos sempre exprimir o pensamento dos dois mestres com a maior fidelidade. Foi impresso pelo centro comunista de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A edição foi de 3 000 exemplares. A venda tem sido fácil<sup>24</sup>.

Esta edição, no entanto, teve centenas de exemplares de sua tiragem apreendida e destruída pela polícia nos Correios de Porto Alegre<sup>25</sup>, dificultando, assim, o seu objetivo de auxiliar na formação dos militantes comunistas. Além dos ataques sofridos pelos comunistas oriundos do aparato repressivo brasileiro, este tinha então importante força auxiliar proporcionada pelo Departamento dos Correios, conforme ocorreu no caso do *Manifesto Comunista* e cujo funcionamento assim foi relatado por Octávio Brandão aos seus camaradas:

Há a censura postal. Confisca a nossa correspondência a torto e a direito, provocando incidentes desagradáveis. Fornece cópia à polícia, provocando prisões de comunistas.

24. Octávio Brandão, *O Brasil Burguês e Revolucionário: Relatório Trimestral do P.C.B. ao C.E. da I.C. – Janeiro a Março – 1924*, 10.4.1924, p. 7, Rio de Janeiro. Brandão se refere às seguintes edições francesas: Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifeste du Parti Communiste*, trad. Laura Lafargue, revisada por Friedrich Engels, Paris, Librairie du Parti Socialiste (SFIO), 1912 e Karl Marx e Friedrich Engels, *Le Manifeste Communiste*, trad. Charles Andler, Paris, Société Nouvelle de Librairie et d'Édition, 1901.

25. Carta de Octávio Brandão ao Camarada Bela Kun (Seção de Agitação e Propaganda da I.C.), Rio de Janeiro, 18.11.1924, p. 10.

Quando a correspondência escapa à censura, não escapa ao relaxamento administrativo; os pacotes de folhetos e jornais são chamados “miúdos” e jogados no “cocho”, isto é, refugiados para ser queimados; e, assim, perde-se grande parte do nosso esforço<sup>26</sup>.

A isto acrescenta-se a edição de uma arbitrária Lei de Imprensa (Lei n. 4.743, de 31 de outubro de 1923) que, comicamente, permitia “a discussão e crítica se tiver por fim esclarecer e preparar a opinião para as reformas e providências convenientes do interesse público, contanto que se esse use de linguagem moderada, leal e respeitosa”, mas aumentava as penas então já existentes contra injúria e difamação e “propaganda anarquista” e, mais grave, punia “sucessivamente: o autor, o editor, o dono da oficina, os vendedores ou distribuidores” dos “abusos de liberdade de imprensa”<sup>27</sup>. Esta última criou muitas dificuldades no trabalho de obtenção de gráficas que se dispusessem a editar livros e brochuras.

Nos primeiros anos de sua trajetória no Brasil, os comunistas optaram, no campo das publicações, por focar sua atuação em obras de caráter de iniciação ao marxismo, visando a formação de seus militantes. Tal postura, no entanto, tinha distinções entre seus alvos, como esclareciam os comunistas brasileiros à Internacional Comunista:

No trabalho de educação temos dois tipos: para a minoria do Partido; para a massa. Para a minoria, temos publicado livros, folhetos etc. Nas reuniões temos examinado a revolução russa, a revolução mundial, o marxismo, o leninismo, a economia, a política, a filosofia capitalistas e comunistas, o materialismo dialético, o modo de fazer propaganda (metódica), os problemas religiosos etc. Para a massa, temos feito conferências<sup>28</sup>.

E nas discussões feitas no âmbito da minoria (essencialmente seus quadros dirigentes), a literatura debatida era fundamentalmente composta de livros em francês e espanhol, como prosseguem na descrição do processo de formação empreendido pelo partido:

Os livros empregados são: *ABC do Comunismo* de Bukharin, *Manifesto Comunista* de Marx, *Programa Comunista* de Bukharin, *Rússia Proletária*. Estes têm sido os mais lidos

26. Octávio Brandão, *Contra a Corrente do Comunismo*, Rio de Janeiro, 12.7.1926, p. 2.

27. Carta de Octávio Brandão ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, Rio de Janeiro, 5.II.1923, pp. 3-5.

28. Carta de Octávio Brandão ao Camarada Bela Kun (Seção de Agitação e Propaganda da I.C.), Rio de Janeiro, 18.II.1924, p. 7.

(especialmente o *Manifesto Comunista* e o *Programa Comunista*), no seio dos trabalhadores dos sindicatos. A vanguarda do Partido conhece, além destes livros, muito outros: Lenin – *O Estado e a Revolução*, *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, *A Democracia Burguesa e a Ditadura Proletária*, *Os Problemas do Poder dos Sovietes*, *Os Bolchevistas e os Camponeses*, *A Moléstia Infantil*, *O Capitalismo de Estado e o Imposto em Espécie*; Marx – *A Luta das Classes na França*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, *A Alemanha em 1848*, *Miséria da Filosofia*, *O Capital* (resumo); Engels – *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, *Anti-Dühring*; Trotsky – *Terrorismo e Comunismo*, *Nova Etapa*, *Entre o Imperialismo e a Revolução*; Zinoviev – discursos; Varga – artigos; coleções do *Bulletin Communiste*, da *Correspondance Internationale* etc. Como os camaradas veem, temos procurado estudar o comunismo, convictos da sua importância. Essas leituras têm sido feitas muitas vezes em comum, discutindo os textos, analisando-os. Lenin tem sido bastando lido<sup>29</sup>.

No final de 1924 apenas existiam em português *Programa Comunista* e *O Comunismo Científico e o Anarquismo*, de Bukharin e o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels; todos eles foram publicados clandestinamente pelo PCB – é sempre importante recordar que os comunistas brasileiros tiveram o seu partido ilegalizado alguns meses após a sua fundação – e tiveram, em diferentes momentos, partes às vezes importantes de sua tiragem apreendidas pela repressão. Posteriormente foram publicados, além de outras obras do mesmo gênero, aquela que foi considerada a primeira tentativa de compreensão de maior amplitude da luta de classes no Brasil, obra de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialização*, bem como o primeiro texto de Stalin em português, *Os Fundamentos do Leninismo* – neste caso, como integrante do processo de internacionalização e ratificação da predominância da figura do dirigente georgiano e de suas concepções no âmbito da Internacional Comunista, a qual foi feita a partir de uma iniciativa do seu secretariado sul-americano. Apesar dos esforços empreendidos pelos comunistas brasileiros através da formação de sua militância, a penetração de ideias marxistas teve um maior impulso no final dos anos 1920, entre 1927 e 1930, por meio da utilização da imprensa e pela propaganda e pela agitação. Através das páginas do diário *A Nação*, publicado entre janeiro e agosto de 1927, bem como pela ação de parlamentares eleitos pela frente eleitoral formada pelos comunistas, o Bloco Operário e Camponês, o PCB obteve

29. *Idem*, p. 8. Como se perceberá ao consultar esta bibliografia, a maioria dos livros aqui indicados somente será publicada muitos anos ou décadas depois.

uma ampliação de sua visibilidade, até então tolhida pela clandestinidade, à qual foram atirados novamente em 1930.

Como consequência dos efeitos da Revolução Russa de 1917 também neste período surgem as primeiras publicações de caráter anticomunista e de crítica ao marxismo. Pondo-se de lado as críticas que se inseriam no campo de debate político entre anarquistas e comunistas, manifestam-se aqui as publicações de extração religiosa, bem como aquelas oriundas do aparato de segurança do Estado, tanto militar como policial, além de traduções da literatura anticomunista e antisemita disseminadas ao redor do planeta. No caso destas últimas é importante recordar que em 1927 o governo brasileiro estreitou laços com uma organização anticomunista estabelecida na Suíça, a Entente contra a Terceira Internacional, dirigida pelo advogado Théodore Aubert. Através de um diplomata brasileiro estabelecido na Suíça, Raul do Rio Branco, e do delegado titular da Delegacia de Ordem Política e Segurança Pública, Carlos Reis, Aubert desejava criar um “centro antibolchevique” no Brasil e solicitou subsídios do governo para isso. Rio Branco, em viagem ao Brasil, manteve “numerosas e prolongadas” conversações com o presidente Washington Luís sobre o problema comunista e as atividades da Entente. O supremo mandatário brasileiro concordou em dar um subsídio anual de dez mil francos suíços para a organização anticomunista helvética em troca de informações e material de contrapropaganda. A Entente se definia como “uma associação criada para o fim exclusivo de organizar e dirigir a profilaxia social do Ocidente contra a peste asiática do bolchevismo”. Aliás, sempre é importante recordar que a partir dessa época aparecem em vários países muitos “documentos” comprovadamente falsificados que envolviam mirabolantes conspirações soviéticas<sup>30</sup>.

Neste primeiro período que examinamos, de 1893 a 1930, fica evidenciado, através dos dados da Tabela 2 e do Gráfico 1 dele resultante, que há um visível incremento no volume de publicações após 1917, como resultante indiscutível da influência e dos debates em torno da Revolução Russa. Mesmo com o in-

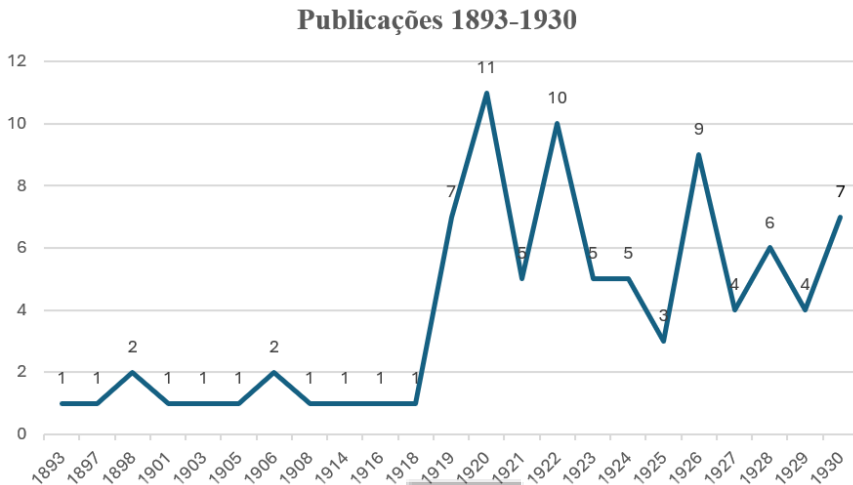
30. Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet Challenge, 1917-1947*, Austin, University of Texas Press, 1991, pp. 17-18; Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão – A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*, 2. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 128-129; *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, p. 2262, 23.7.1927; a definição da “Entente” foi retirada de um pronunciamento de Aníbal Toledo publicado em *Diário do Congresso Nacional*, p. 2398, 28.7.1927, Rio de Janeiro; “O Espernear dos Boiadeiros! Refutando o Pai do Monstrego...”, *A Nação*, p. 1, 19.7.1927, Rio de Janeiro; “Resposta aos Aleives da Direita! Mais um Discurso de Azevedo Lima. O Silêncio Bovino da Câmara diante das Duras Verdades Proferidas pelo Deputado do Bloco Operário”, *A Nação*, pp. 1 e 2, 28.7.1927, Rio de Janeiro.

cremento ocorrido a partir de 1917, os números são modestos e explicam-se, reiteramos, pela violenta repressão desencadeada contra os movimentos sociais e políticos de oposição aos governos da Primeira República.

Tabela 2. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1893-1930.

Ano	Total
1893	1
1897	1
1898	2
1901	1
1903	1
1905	1
1906	2
1908	1
1914	1
1916	1
1918	1
1919	7
1920	11
1921	5
1922	10
1923	5
1924	5
1925	3
1926	9
1927	4
1928	6
1929	4
1930	7
Total	89

Gráfico I. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1893-1930.



Os eventos que resultaram na chamada “Revolução de 1930” levaram também a que a publicação dos livros que são objeto desta bibliografia evoluíssem numérica e qualitativamente. A elevação do número de volumes publicados vem acompanhada com o salto da clandestinidade – que, no entanto, não deixou de existir – para o da legalidade, com casas editoras formalmente constituídas e atuantes. Tal salto vinha acompanhado de um algo relevante: a entrada na cena política do Brasil das massas populares, que davam seu apoio ao novo regime. E, com isso, também ocorria outra novidade: a abertura das livrarias aos temas voltados aos trabalhadores e aos seus interesses. A simpatia popular emprestada aos eventos de outubro de 1930 devia-se à crença de que aqueles que provocaram a queda do poder das oligarquias que comandavam o país desde 1889 supostamente iriam implantar o que se compreendia como o programa dos setores militares e oposicionistas que desde 1922 vinham entrando em choque com os governantes do país. Vulgarmente conhecido como “tenentista”, tal programa tinha como seus principais pontos a instauração do voto secreto; o combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral; a representação política; a liberdade de imprensa e de pensamento; a centralização do Estado e a correção dos excessos da descentralização federativa; a limitação das atribuições do Poder Executivo e o restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes; a moralização do Poder Legislativo; a ampliação da autonomia do Poder Judiciário; e a obrigatoriedade do ensino primário e a expansão do

ensino profissional. Como se sabe, não foi o que exatamente aconteceu, mas, mesmo assim, estas massas populares, sobretudo pela aquisição de direitos sociais e trabalhistas, mantiveram seu apoio a esta Segunda República.

Por outro lado, setores de esquerda, em especial os marxistas, stalinistas e trotskistas, viam com ceticismo os rumos do novo regime que se instalava, mas, ao mesmo tempo, tinham a clara percepção de que o ingresso das massas populares na cena política era algo irreversível e com isso, mesmo que se mantivessem na clandestinidade, passaram a atuar nas frestas abertas. Essa percepção fez com que logo após a vitória da chamada Revolução de 1930 eles iniciassem, com a devida cautela, a intensificação do movimento editorial. O livro que iniciou esta entrada em cena foi a obra de 1919 do jornalista estadunidense John Reed, *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, um fulminante sucesso editorial e de crítica<sup>31</sup>: de novembro de 1930 a março de 1931, foram lançadas no Brasil três edições<sup>32</sup>. A cautela que mencionamos, neste caso, foi o fato de a primeira edição indicar como local de publicação, ao invés de São Paulo, a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. A explicação para este artifício foi a de “despistar” um provável ato repressivo da polícia paulista. Como não havia muita certeza sobre qual seria a reação dos aderentes de São Paulo da chamada Revolução de 1930 e que assumiram o poder no Estado frente àquele tipo de publicação, os editores resolveram indicar a cidade onde se originara o movimento de derrubada do governo de Washington Luiz como local de impressão, a fim de fazer crer à polícia política de São Paulo que havia uma licença tácita para sua publicação, intimidando, de certa forma, a repressão paulista.

O que ocorreu em seguida, dada a aparente cautela das novas autoridades, foi que a publicação de livros no campo de nosso interesse – tanto aqueles afetos ao marxismo como aqueles que a ele se opunham – no ano de 1931 decuplicou quase dez vezes em relação ao ano anterior. Tal fenômeno atingiu tanto as editoras já existentes antes de 1930 como novas editoras que foram criadas a partir de 1931. Isto teve repercussão em um campo que tal tipo de publicações

31. Ver, por exemplo, Augusto Frederico Schmidt, “A Estrela Vermelha”, *Mundo Ilustrado*, n. 2, p. 1, 11.12.1930, Rio de Janeiro; Tarsila do Amaral, “John Reed e seu Livro Espantoso” *A Gazeta*, p. 2, 26.12.1930, São Paulo.

32. Conforme anúncio da terceira edição de *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, publicado em *A Gazeta*, p. 2, 14.3.1931, São Paulo. Eis as referências das três edições da Lux: John Silas Reed, *10 Dias que Abalaram o Mundo*, s. trad., Porto Alegre, Empresa Editora Nacional Lux, 1930. 223 p.; 2. ed., São Paulo, Empresa Editora Nacional Lux, 1931. 241 p.; 3. ed., São Paulo, Lux, 1931, 245 p.

não atingia anteriormente: as livrarias. Estas abriram-se a um novo tipo de leitor, aquele que buscava compreender o marxismo e as suas posturas e ações.

Uma visão, um tanto caricatural e inexata – especialmente no que se refere ao público leitor e aos “vendedores ambulantes”, que, como se perceberá, são também uma risível descrição do que seriam os militantes comunistas –, sobre como seria o comércio de livros de esquerda antes de 1930 nos foi deixada pelo jornalista Jayme de Barros:

Antes da Revolução, os livros comunistas possuíam, no Brasil, o encanto das coisas misteriosas e o sabor excitante dos frutos proibidos.

Não ousavam, então, os livreiros expô-los em suas montras, e, um ou outro mais ousado, que os importassem, em traduções espanholas, francesas, italianas, ou inglesas, escondiam-nos nos fundos das casas, onde os passavam por bom preço, sob mil precauções, como um contrabando, com as mãos pálidas e trêmulas, ao cliente de confiança em regra sólido burguês, de faces rosadas e gordas, pança rotunda, afито por iniciar-se no mistério do regime que ameaçava o mundo, em geral, e aos seus haveres, em particular.

Quanto aos estudantes e intelectuais, possuídos da febre da curiosidade mental, esses, descobriam outras fontes, mais acessíveis às suas bolsas modestas, nas quais se abasteciam, ainda assim com muito atraso e não pequena dificuldade.

Recorriam, por indicações de amigos, a certos e enigmáticos vendedores ambulantes desses livros proibidos, a cujo respeito não se podia falar sem que a polícia arregalasse um olho enorme, e analfabeto, maior que o olho de Moscou.

Esses vendedores eram uns homens invariavelmente magros, esqueléticos, de faces amarelas e olhos turvos, cansados, por certo, de leituras noturnas, à luz bruxuleante de toquinhos de vela. Figuras típicas, amarguradas, de sonhadores, de místicos. Traziam os livros embrulhados em jornais velhos. Desembrulhavam-nos com cuidados de quem vai mostrar uma joia roubada, de alto preço. Mostravam-se, pelos comentários sobre a obra, conhecedores da mercadoria, que era, assim, vendida em condições mais arriscadas do que o ópio, a cocaína ou a morfina...<sup>33</sup>

Como vimos, tal quadro se alterou depois de 1930, como testemunhou o então jovem militar e crítico literário Nelson Werneck Sodré:

No Brasil, foi após a Revolução de 1930 que a indústria do livro tomou um desenvolvimento maior. Uma grande curiosidade invadiu o povo. O número de leitores aumentou consideravelmente. No momento os livros mais procurados eram os de ordem social. Pre-

33. Jaime de Barros, “O Mistério Comunista”, *Diário de Pernambuco*, p. 8, 5.8.1933, Recife.

parava-se o advento duma nova ordem de coisas no país e houve uma sincera indagação, um estudo ansioso das questões sociais. Daí o aparecimento dessas brochuras, de autores os mais diversos, para a divulgação das teorias marxistas. O livro de John Reed, o repórter da Revolução Russa, teve uma saída fenomenal<sup>34</sup>.

Até a repressão política de São Paulo, com seu virulento e característico vocabulário, aqui se punha de acordo com Werneck Sodré:

Ultimamente vinha se verificando uma franca invasão da chamada literatura vermelha, no mercado literário de São Paulo. Eram postos à venda, sem reservas, os livros mais exaltados de Lenin, Stalin, Trotsky, Marx, Lozowsky e demais escritores comunistas, até então considerados proibidos.

Tal facilidade cada vez mais crescente, veio satisfazer plenamente a curiosidade de alguns espíritos embevecidos pela ideologia vermelha, e ainda o interesse literário em torno desses escritores, sendo procurados, de modo especial *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo e O Plano Quinquenal*<sup>35</sup>.

Anos depois, um ex-militante do Partido Comunista do Brasil e já então notório anticomunista, o jornalista e diplomata José Jobim (1909-1979), reiterava o testemunho de Werneck Sodré:

[...] os nossos intelectuais possuem condições excepcionais para aceitar a propaganda moscovita. Entre outras razões, por esta: só em 1930 foi traduzido no Brasil o primeiro livro sobre a Revolução Russa.

*Os Dez Dias que Abalaram o Mundo* de John Reed – esse o livro que abriu caminho para a enxurrada de literatura bolchevista – foi para o prelo antes de 3 de outubro e entrou nas livrarias depois de 24 de outubro. Nunca se vira sucesso idêntico. Três edições se esgotaram em algumas semanas<sup>36</sup>.

34. Nelson Werneck Sodré, “O Que se Escreve e o Que se Lê”, *Correio Paulistano*, p. 5, 2.10.1934.

35. “A Polícia de S. Paulo vai Estabelecer Rigorosa Censura sobre a Chamada Literatura Vermelha”, *Diário da Noite*, p. 3, 23.5.1931, Rio de Janeiro. *O Plano Quinquenal* também era uma edição da Lux. A propósito do vocabulário empregado neste texto, o qual se assemelha a um comunicado de imprensa de autoria da polícia política paulista transformado em texto de jornal, é sempre importante ressaltar a íntima e histórica associação entre a imprensa de São Paulo e as forças repressivas locais (ver, por exemplo, Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, São Paulo, Boitempo, 2004).

36. José Jobim, “Metralhadoras e Romances”, *Diário Carioca*, p. 6, 7.2.1936.

Esse crescimento de publicações do e sobre o marxismo chamou a atenção das forças de repressão da Segunda República. De modo geral, até a decretação da Lei de Segurança Nacional, e exceto durante o período da “Mazorca Constitucionalista”<sup>37</sup>, a repressão política manteve apenas operações de acompanhamento das atividades das editoras tidas como de esquerda. Após a promulgação da Lei de Segurança Nacional, o caminho das arbitrariedades voltou a ser aberto, pois a “Lei Monstro” (como ela era então chamada pela esquerda brasileira), regulando o inciso 9º do artigo 113 da Constituição do Brasil promulgada em 16 de julho de 1934<sup>38</sup>, vedava a impressão e a difusão de “gravuras, livros, panfletos, boletins ou quaisquer publicações não periódicas nacionais ou estrangeiras” (art. 26) que atentassem contra a ordem política e social e determinava a sua apreensão.

No entanto, houve ocasião em que os velhos hábitos foram retomados pela polícia de São Paulo. Em 20 de maio de 1931 um editorial do diário carioca *Correio da Manhã* denunciou, sem informar a sua fonte, as atividades da editora Marenglen (curiosa sigla que significava Marx – Engels – Lenin), a qual funcionava em São Paulo, e cuja atividade era a “venda das edições populares dos livros de propaganda comunista [...], e muitas outras obras e brochuras de vulgarização da doutrina, traduzidas em português”. Além disso, a editora expedia “para todos os pontos do Estado, sobretudo para os centros industriais, grande cópia de circulares oferecendo a baixo preço essa literatura, para a qual não faltam amadores entre os operários e os soldados das guarnições federais e da Força Pública”. E, para indignação do jornal – enquanto o governo censurava a imprensa, “por motivos de ordem política sem nenhum interesse para a comunhão” –, nada se passava com “essas circulares e essa empresa editora, cujo negócio se desenvolve com a cumplicidade, por omissão, do próprio governo”<sup>39</sup>. Por uma formidável e suspeita coincidência, no dia

37. Expressão cunhada por forças de esquerda para designar a tentativa de derrubada do governo de Getúlio Vargas desencadeada, entre julho e outubro de 1932, pelas forças oligárquicas que haviam sido depostas do poder pela chamada Revolução de 1930.

38. Art. 11: “[...] – 9º Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda, de guerra ou de processos violentos, para subverter a ordem política ou social”.

39. “A Propaganda Comunista”, *Correio da Manhã*, p. 4, 20.5.1931, Rio de Janeiro.

seguinte a polícia paulista invadiu duas gráficas apreendendo grandes quantidades da brochura *O Que É o Plano Quinquenal*, publicada pela Marenglen, e muitos exemplares de obras comunistas, bem como grande quantidade de pacotes contendo exemplares do jornal do PCB, *A Classe Operária*, além da composição tipográfica de duas outras brochuras (*As Greves, a Insurreição e a Luta pelo Poder*, de Lozovsky, e *Dois Balanços*, de Stalin, que iriam ser publicadas pela Marenglen), sendo todo o material levado à Superintendência da Ordem Social. Ao divulgar e justificar o ato, o delegado encarregado alegou que haveria uma investigação em andamento, mas isso não teria impedido que o *Correio da Manhã*

[...] denunciasse a existência, em São Paulo, da empresa justamente aquela em torno da qual giravam os cuidados da Delegacia de Ordem Social. Tal informação poderia, sem dúvida, prejudicar as investigações, quando era do desejo da Delegacia realizar a apreensão do material impresso no momento em que estivesse em pleno funcionamento a tipografia que os divulgava<sup>40</sup>.

As investigações da polícia teriam identificado supostos diretores da Marenglen (o jornalista Astrojildo Pereira, o garçom João Freire de Oliveira, o barbeiro N. Sant'Anna Cabral e o gráfico Florêncio Tejadas), sendo presos na ocasião Oliveira e Tejadas. No entanto, neste caso, é difícil crer que estes quatro – exceto talvez Tejadas, por sua condição de gráfico – tivessem qualquer responsabilidade na editora, pois Astrojildo encontrava-se em pleno processo de afastamento do PCB, que resultaria em sua expulsão poucos meses depois, enquanto Oliveira vivia em Santos e Cabral em Goiás. Tal ação da repressão teve como objetivo evitar a venda de livros comunistas, cuja facilidade de acesso, segundo a polícia, satisfazia “a curiosidade de alguns espíritos embevecidos pela ideologia vermelha, e ainda o interesse literário em torno desses escritores, sendo procurados, de modo especial, *Os Dez Dias que Abalam o Mundo* e *O Plano Quinquenal*”. Mais do que isso, o aparato de segurança de São Paulo pretendia, com o terror provocado pela violenta e arbitraria ação – a qual não possuía nenhum amparo legal –, intimidar “editores e livreiros, para que, como já se faz na Itália, sejam declaradas as obras comunistas que

40. “A Delegacia de Ordem Social Realizou uma Feliz Diligência. Uma Tipografia Varejada – Apreensão de Livros e Jornais – Várias Prisões”, *Folha da Manhã*, p. 8, 23.5.1931, São Paulo.

poderão ser postas à venda. Dessa maneira a polícia só dará buscas quando houver publicação clandestina”<sup>41</sup>. Não se perca de vista que a inspiração dessa batida policial já não se dava sob as maleáveis asas do liberalismo, mas sim com as garras do fascismo. Embora essa ação não tenha obtido o resultado desejado, a instauração de uma “censura prévia”, e tenha se mantido isolada, ao menos até a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, tendo mais a polícia política apenas acompanhado sistematicamente as ações das editoras, como dissemos, ela já trazia o germe do que depois desabrocharia na ditadura do Estado Novo. Por fim, embora a repressão não se tenha então dado conta disso, esta ação contra a Marenglen abortou o que provavelmente seria o projeto de uma editora claramente identificada com as posições do PCB e que, a julgar pelo programa editorial<sup>42</sup> e pelas grandes tiragens, para os padrões da época, dos poucos livros que chegou a publicar, tinha um forte suporte ideológico e material, provavelmente vindo do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. Deste episódio cumpre destacar, como seu epílogo, a comemoração do *Correio da Manhã* da ação da polícia política paulista, “um inegável serviço prestado ao país pelo governo provisório do grande Estado”<sup>43</sup>.

Na primeira metade dos anos 1930 encontramos uma série de editoras que se dedicaram à publicação de livros marxistas, grande parte das quais tiveram curta existência; aquelas que tiveram uma vida mais amentada em termos cronológicos tiveram de combinar a publicação de tais livros com outras obras (romances dos mais variados gêneros, livros escolares, técnicos, de autoajuda etc.) que lhes permitissem garantir sua sobrevivência, pois seus editores, embora tivessem simpatias por posições de esquerda ou mesmo fossem militantes de organizações políticas, não recebiam subvenções de qualquer espécie. Neste universo encontramos editoras como Adersen, Alba, Athena, Atlântida, Calvino Filho, Caramuru, Carioca, Cooperativa de Edições Sociais, Cultura, Cul-

41. “A Polícia de S. Paulo vai Estabelecer Rigorosa Censura sobre a Chamada Literatura Vermelha”, *Diário da Noite*, p. 3, 23.5.1931, Rio de Janeiro.

42. Em sua curta existência localizamos apenas três publicações da Marenglen: as obras de Lozovsky (*A Greve, a Insurreição e a Tomada do Poder*) e de Stalin (*Em Marcha para o Socialismo*), e *O Que É Plano Quinquenal?*, todas de 1931. Além disso, nessas publicações e nas circulares em que divulgava as suas atividades a Marenglen anunciava a intenção de publicar *Dois Balanços e O Leninismo Teórico e Prático* (Stalin); *Manifesto Comunista* (Marx e Engels); *Programa da Internacional Comunista*; *Dez Anos de ISV* (Lozovsky); e *O Imperialismo, Última Etapa do Capitalismo e O Estado e a Revolução* (Lenin).

43. “Denúncia Confirmada”, *Correio da Manhã*, p. 4, 24 de maio de 1931, Rio de Janeiro.

tura Brasileira, Edições Sociais, Edições Sociais e Filosóficas, Estudos Sociais, A Internacional, Lux, Marenglen, Minha Livraria, Nosso Livro, Palácio, Pax, Socialismo, Trabalho, Udar, Universo, Unitas e Verdade. Em boa parte, como observou Carone, as edições dessas casas publicadoras, em especial os textos traduzidos, “são obras que tratam dos problemas de organização e de ideologias partidárias”, livros de divulgação, publicados em boa parte para responder a questões de momento. “As que dizem respeito à doutrina, propriamente dita, são em número bem menor”<sup>44</sup>.

Neste conjunto de editoras, apenas duas, ambas coincidentemente criadas em 1931, manifestaram claramente o propósito da edição de obras marxistas: a Marenglen, com um programa de edições claramente vinculado às orientações stalinistas da Internacional Comunista daquele período, e a Unitas, a qual possuía uma nítida influência da corrente trotskista que se conformara como cisão do PCB em 1929-1930. Ou seja, dois polos opostos no espectro do comunismo.

A Unitas teve uma vida mais longa e pôde pôr em execução seus projetos editoriais, os quais apresentavam um nítido foco sobre a construção de uma formação marxista mais sólida e ampla e não apenas a publicação de textos de ocasião<sup>45</sup>. A Unitas voltou-se desde sua constituição à publicação de textos marxistas clássicos de Bukharin, Engels, Lenin, Plekhanov, Rosa Luxemburg e Trotsky. É importante ressaltar que a Unitas foi a única editora, nos anos 1930, a publicar o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, em duas edições em dois anos, 1932 e 1934, o que indica sua receptividade e disseminação nas fileiras da esquerda brasileira. É importante recordar que a edição anterior do *Manifesto Comunista*, de 1924, teve parte de sua tiragem destruída pela repressão. Além dessa significativa produção da Unitas, cumpre destacar a proposta de sua Biblioteca Socialista, certamente organizada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier, da qual apenas foram publicados em 1934 os dois primeiros volumes (ambos de Lenin – *O Estado e a Revolução* e *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*), dos 31 originalmente anunciados, que tinha como objetivo propiciar aos seus leitores a “fórmula social que deve decorrer da análise

44. Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil*, p. 67.

45. Sobre a Unitas e sua atuação editorial ver Dainis Karepovs, “A Gráfico-Editora Unitas e seu Projeto Editorial de Difusão do Marxismo no Brasil dos Anos 1930”, em Marisa Midori Deaecto e Jean-Yves Mollier (orgs.), *Edição e Revolução: Leituras Comunistas no Brasil e na França*, Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013, pp. 65, 119.

científica do período histórico contemporâneo”, satisfazendo a “profundeza das aspirações e necessidades culturais do nosso povo” (citações extraídas da “orelha” em que se apresentava a coleção em *O Estado e a Revolução*, de Lenin). Tal conjunto de obras, na verdade, mostrava, além de um projeto audacioso visando contribuir para a formação da militância operária brasileira, um retrato do que era a precária assimilação do marxismo naquele momento no Brasil e apontava para as suas enormes carências neste campo<sup>46</sup>. Cumpre observar que muitos desses 29 volumes que acabaram não sendo então editados pela Unitas foram publicados muitos anos depois, inclusive fazendo uso, em parte, das traduções que haviam sido originalmente projetadas, enquanto alguns deles até hoje não receberam tradução no Brasil.

Leandro Konder, a propósito do estado do conhecimento do marxismo no Brasil neste período, nos deixou esta aguda observação:

O processo que se iniciara com a vitória da Revolução de 1917 e com a criação do novo Estado – a URSS – só alcançou seu clímax, entre nós, depois da chamada Revolução de 30: se, desde o primeiro impacto do triunfo do leninismo, as pessoas começam a se debruçar menos sobre as sutilezas da teoria de Marx, o filósofo, e a se dedicar mais à eloquência das realizações de Lenin, o homem de ação, cumpre-nos de toda maneira sublinhar que a nova situação só produziu plenamente todos os seus efeitos, entre nós, depois que Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930. A temperatura política subiu, a capacidade de levar a sério as questões teóricas mais abstratas decresceu. Octávio Brandão, nos anos 20, era, como vimos, um mau teórico, porém não se lhe pode negar a devoção à teoria; e era um destacado dirigente do PCB. Os dirigentes do PCB no período que se segue ime-

46. Para enfatizarmos este quadro, convém indicar aqui os 29 volumes da Biblioteca Socialista que não foram publicados: Adler, *Democracia Socialista e Democracia Social*; Bebel, *A Mulher e o Socialismo*; Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, A Situação das Classes Laboriosas na Inglaterra e A Guerra dos Camponeses*; Kautsky, *O Programa Socialista, A Revolução Social e A Doutrina Socialista*; Labriola, *Ensaio sobre a Concepção Materialista da História*; Sorel, *O Futuro Socialista dos Sindicatos*; Laurat, *Naufrágio do Capitalismo – O Imperialismo e a Decadência Capitalista*; Lenin, *A Questão Agrária e o Partido Bolchevique, O Imperialismo, Última Etapa do Capitalismo e O Esquerdismo, Moléstia Infantil do Comunismo*; Luxemburgo, *Introdução à Economia Política, e Reforma ou Revolução?*; Marx, *A Guerra Civil em França – A Luta de Classes em França, O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte, Trabalho Assalariado e Capital – Salários, Preços e Lucros e O Capital*, edição especial; Marx e Engels, *Manifesto Comunista*, edição comentada; Plekhanov, *As Questões Fundamentais do Marxismo*; Rakovsky, *Do Estado e da Economia Soviética*; Riazanov, *Marx e Engels*; e Trotsky, *Terrorismo e Comunismo, Novo Curso – Lições de Outubro, Revolução Internacional ou Socialismo num só País Para o Socialismo ou o Capitalismo?, Literatura e Revolução e A Revolução Permanente..*

diatamente à Revolução de 30 passam a manifestar um inequívoco desprezo pela teoria. Astrojildo Pereira, que não se adaptava à nova linha, foi afastado. Leôncio Basbaum, que alimentava ambições teóricas, ficou marginalizado na direção da agremiação. Discutir questões filosóficas era perda de tempo, desperdício de energias que precisavam ser mais bem canalizadas. Tudo parecia girar em torno da URSS: os inimigos a atacavam e difamavam: aos comunistas cabia defendê-la<sup>47</sup>.

O crescimento das edições de esquerda se fez acompanhar, neste período entre 1931 e 1935, pelo incremento das publicações anticomunistas, as quais passaram a ter uma particularidade que merece ser destacada: elas começaram a ser publicadas por editoras comerciais (Civilização Brasileira, Globo, Guanabara, Schmidt, Vozes, entre as maiores).

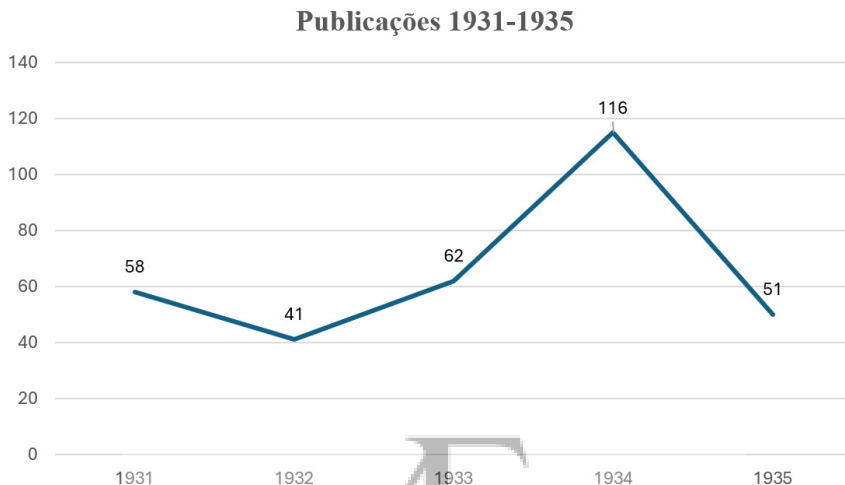
Ao examinarmos o volume anual de publicações desse período que aqui focamos, conforme a Tabela 3 e o Gráfico 2 abaixo, verifica-se que é um momento de crescimento das publicações marxistas com dois momentos de inflexão: em 1932, por conta da Mazorca Constitucionalista, e em 1935, após a decretação da Lei de Segurança Nacional, em abril, cujo caráter arbitrário já deixava apontado o caminho para o golpe de Estado de novembro de 1937.

Tabela 3. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1931-1935.

Ano	Total
1931	58
1932	41
1933	62
1934	116
1935	51
Total	328

47. Leandro Konder, *A Derrota da Dialética: A Recepção das Ideias de Marx no Brasil, Até o Começo dos Anos Trinta*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 184-185.

Gráfico 2. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1931-1935.



Após os episódios de novembro de 1935, com o desencadeamento das fracassadas revoltas militares comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro e a sua repressão, que atingiu indistintamente aqueles pertencentes ao campo da esquerda socialista e marxista e os que se opunham ao governo de Getúlio Vargas a partir de outros espectros políticos, a edição de livros no campo da esquerda quase deixou de ocorrer. O pouco que restou ficou praticamente restrito ao campo da clandestinidade e em condições rudimentares de produção (o que fez com que as publicações da esquerda nesse período fossem em boa parte mimeografadas, devido às restrições de acesso ao papel e às novas políticas de controle sobre gráficas e vendas de insumos gráficos). As poucas manifestações no campo da esquerda no Brasil ficaram restritas às publicações de defesa jurídica contra as arbitrariedades consumadas no Tribunal de Segurança Nacional (TSN), órgão de exceção criado pelo governo, e a publicações feitas no exterior.

Uma das poucas casas editoriais que havia se dedicado a publicar obras marxistas antes de 1935 e que sobreviveu aos episódios de novembro de 1935, a *Calvino Filho*, depois de pedir concordata em 1934 e recuperar-se, voltou a dedicar-se ao que havia inicialmente caracterizado a editora – seu proprietário, José Calvino Filho, era médico –, publicando obras no campo da medicina

e da psiquiatria quase até o fim do Estado Novo<sup>48</sup>. Foi por meio da Calvino que se deu, já a partir de 1942, através de publicações inicialmente dedicadas à denúncia do nazismo e ao destaque do papel do Exército Vermelho e da União Soviética na derrota de Hitler, a lenta retomada das publicações no campo da esquerda no Brasil.

É importante, neste período que examinamos, observarmos um aspecto sinistro então ocorrido e relacionado às edições de livros marxistas: o de sua destruição física. Para tanto, iremos nos deter no episódio do desaparecimento do acervo editorial da Unitas.

Na cidade de São Paulo, entre 7 de dezembro de 1935 e 6 de março de 1936, foram efetuadas pela polícia política paulista apreensões de livros em quarenta locais, dentre os quais se destacavam a Companhia Editora Nacional, Editora Cultura Brasileira, Editorial Brasileira, Livraria Gazeau, Livraria Universal, a banca de jornal da Estação do Norte, de Vicente Siciliano e a Gráfico-Editora Unitas<sup>49</sup>. Nesta *blitz* paulistana foram confiscados 46 154 volumes, que totalizavam 246 títulos de 176 autores, dos quais 130 eram estrangeiros. Foram apreendidos romances, poesias, ensaios, estudos históricos e econômicos, biografias, relatos de viagem, sendo em sua grande maioria obras de caráter político, nele predominando os de esquerda. Os autores “preferidos” desta razia foram V. I. Lenin (com dezessete títulos apreendidos), L. Trotsky (treze), F. Engels (nove), P. Kropotkin (sete), N. Bukharin (seis), J. Stalin (cinco), e K. Marx (quatro). Em menor número estavam os autores brasileiros, entre os quais se destacavam Maria Lacerda de Moura (quatro), Osório Cezar e Gastão Pereira da Silva (três cada), Almachio Diniz, Maurício de Medeiros, Hélio Negro, Caio Prado Júnior e Luiz Carlos Prestes (dois cada).

Pouco antes, em fins de 1934, foi aberto um processo requerendo a falência da Unitas na Justiça de São Paulo, o que se deu logo depois, e os seus bens foram colocados sob a tutela de um encarregado de proceder à liquidação da

48. Depois do processo de concordata a Calvino Filho alterou sua designação editorial para Editorial Calvino. Sobre sua trajetória ver Vinícius de Oliveira Juberte, *O PCB e os Livros: A Editorial Calvino no Período da Legalidade do Partido nos Anos 1940 (1943-1948)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016 (Dissertação de Mestrado).

49. Existem no TSN, cujos processos estão no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, dois processos documentando as apreensões aqui examinadas: o de número 131, movido contra 39 estabelecimentos e onde foram apreendidos 20 458 livros, e o de número 389, contra a Unitas.

editora em 1935. Em janeiro de 1936, após as revoltas militares comunistas de novembro de 1935, o liquidante da massa falida da Unitas, o zeloso senhor Bento Lima Brito, pediu ao juiz da 6ª Vara Cível que examinasse o estoque sob sua guarda a fim de “constatar a necessidade de apreensões de livros”. Após errar o endereço por uma vez, a Secretaria de Ordem Política e Social de São Paulo finalmente apreendeu 25 696 livros no dia 6 de março de 1936, o que resultou na abertura de processo nº 389 do Tribunal de Segurança Nacional.

Em junho, a polícia por fim conseguiu concluir o serviço de separar um volume de cada título, num total de sessenta, que foram encaminhados em três pacotes à seção paulista da Justiça Federal. Observe-se que doravante os 25 636 livros restantes não serão mais mencionados. Em dezembro de 1936, os autos e três pacotes foram enviados para o TSN, no Rio de Janeiro. Após uma infinidade de memorandos e ofícios trocados durante catorze meses no interior da burocracia forense, constatou-se o desaparecimento dos três pacotes.

Em meio à troca de correspondência sobre o destino dos sessenta livros, em 27 de dezembro de 1938, o funcionário do arquivo geral, J. F. Cuba dos Santos Filho, informava que nada encontrara, mas forneceu uma sólida pista sobre o destino dos três pacotes, bem como dos restantes 25 636 volumes: “É de se supor, entretanto, que outro não teria sido senão o comum a ser dado a todas as obras literárias deste gênero subversivo, por não oferecer nenhuma vantagem ou utilidade a sua conservação: a incineração”.

O desaparecimento dos livros levou ao arquivamento do processo, pois seria necessário, antes de tudo, julgar a legalidade da apreensão para depois julgar o mérito da ação, o que levou o TSN a concluir, em 27.4.1939, que, “diante da impossibilidade de encontrar referidos livros, não é possível cumprir a presente precatória. Mando, portanto, que a mesma seja devolvida, com as devidas cautelas, ao juízo de origem, para os fins de direito”. Em princípios de maio daquele ano o procurador-adjunto do TSN deu parecer no sentido de que o inquérito fosse arquivado por ausência de elementos de culpabilidade. Por fim, em sessão de 15.3.1939, o TSN decidiu arquivar o processo.

Reverendo esse vaivém de mais de três anos nos desvãos do TSN, é impossível não ficar perplexo. Fica evidente que seu único objetivo foi inutilizar os livros, o que se confirmou no parecer do procurador-adjunto do TSN, Clóvis Kruel de Moraes, dado em 7 de outubro de 1939 no processo 131. Tratando das apreensões feitas nos outros estabelecimentos paulistas, concluiu pelo ar-

quívamento do processo em razão de as obras terem sido publicadas antes da vigência da Lei Monstro. E, dando uma maliciosa e tenebrosa “piscadela” ao seu leitor, Moraes, concordando com Santos Filho, rematou o parecer afirmando que as apreensões ao menos tiveram um mérito: “retirá-las [as obras] de circulação e coibir de agora em diante sua venda e a edição das publicadas no Brasil”.

Com qual fundamento legal se fez a destruição dos mais de 45 mil volumes apreendidos durante a razia ocorrida em São Paulo entre dezembro de 1935 e março de 1936? Isto se fez com base no § 5º do artigo 25 da Lei Monstro, que permitia a inutilização das obras após “decorrido, sem apresentação de reclamação, o prazo de dois dias fixado no § 2º ou transitada em julgado a decisão homologatória de apreensão”. Provavelmente contra a Unitas e as demais editoras, livrarias, bancas de jornal e outros estabelecimentos nos quais os livros foram apreendidos tenha sido utilizada a hipótese do parágrafo 5º, pois não houve decisão favorável à apreensão.

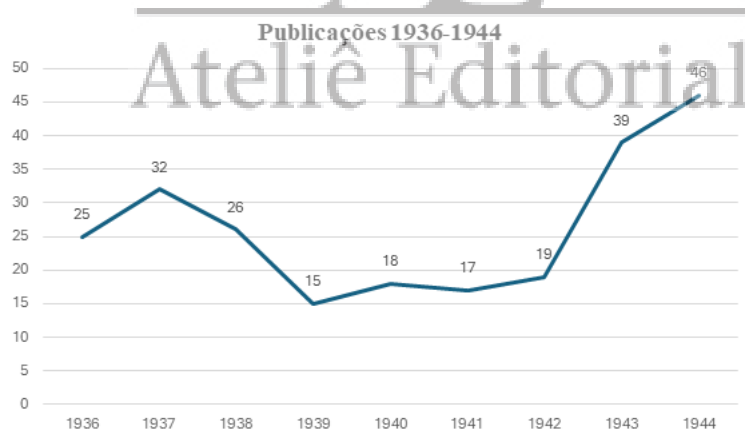
O fato é que, nestes escabrosos meandros burocráticos acima entrevistados, a ditadura de Getúlio Vargas e a polícia paulista fizeram desaparecer toda uma vasta produção cultural, obrigando, com a brutal cesura perpetrada pela repressão que se seguiu a novembro de 1935, as gerações seguintes a partir praticamente do zero na reconstrução desse legado. Impediu, desse modo, a natural evolução provocada pelo acúmulo de experiência que passa de uma geração a outra.

No período que vai de 1936 a 1944, como fica fácil deduzir, ocorreu uma marcante predominância de publicações anticomunistas, difundidas tanto por grandes editoras como através de pequenas casas publicadoras de curta duração. A Tabela 4 e o Gráfico 3 mostram uma redução do número geral de publicações e as aqui registradas mostram em termos globais o maior peso numérico das publicações anticomunistas. Estas, no entanto, irão perdendo espaço a partir de 1943 para as publicações focadas nas denúncias sobre as monstruosidades cometidas pelo regime nazista e em sua iminente derrota militar, sobretudo pelo gigantesco empenho das forças armadas soviéticas. Isto, como se sabe, combinou-se com a declaração de guerra do governo brasileiro às forças do Eixo resultante, de um lado, das pressões internas provocadas pelos movimentos sociais brasileiros e, de outro, das pressões externas estadunidenses. Tal quadro levou ao progressivo enfraquecimento da ditadura varguista do Estado Novo e à queda da Terceira República em 1945.

Tabela 4. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1936-1944.

Ano	Total
1936	25
1937	32
1938	26
1939	15
1940	18
1941	17
1942	19
1943	39
1944	46
Total	237

Gráfico 3. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1936-1944.



Nos estertores do Estado Novo, o ano de 1945 se iniciou, de um lado, com a promulgação, em fevereiro, de convocação para eleições para a presidência da República, a Assembleia Nacional Constituinte, os governos e assembleias legislativas estaduais e, de outro, com o dismantelamento da censura. Logo após, em 18 de abril, ocorreu a anistia aos presos políticos. Os partidos po-

líticos, que haviam sido extintos em 1937 na implantação do Estado Novo, foram novamente legalizados. Em setembro de 1945 o PCB solicitou o registro da legenda, o qual lhe foi concedido em novembro. Pouco antes, em 29 de outubro, Vargas foi afastado do poder por um golpe de Estado capitaneado pela alta cúpula das Forças Armadas do Brasil. Nas eleições realizadas em 2 de dezembro, o PCB obteve o apoio de 9,7% do eleitorado e elegeu catorze deputados e um senador, Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do partido.

Dentro deste quadro, as editoras e publicações de esquerda reaparecem com força e intensidade. A primeira delas, anteriormente a 1945, como já indicamos, foi a *Calvino*. A ela se seguiu, em 1944, mais cautelosa, a *Vitória*, mesclando romances e alguns poucos livros na área política. Já em 1945 surgiu a *Horizonte*, manifestando claramente seus vínculos com o PCB e a União Soviética. A partir de 1945, enquanto a *Calvino* mantinha sua linha editorial vinculada à publicação de textos clássicos do marxismo, em parte já publicados por outras casas editoriais nos anos 1930, *Vitória* e *Horizonte*, claramente identificadas ao PCB, procuravam conformar uma política editorial semelhante à de partidos comunistas nos países onde atuavam legalmente, na qual havia uma divisão temática de trabalho entre as casas editoriais vinculadas aos partidos. No caso brasileiro, cabia à *Horizonte* publicar, como observa Carone, “a obra dos militantes do PCB, a tratar de temas políticos gerais e de teoria”, ao passo que à *Vitória* competia difundir “romances, literatura circunstancial de guerra, livros de ideologia”<sup>50</sup>. Tal conformação persistiu até 1948, quando o PCB foi ilegalizado e retornou à clandestinidade, muito provavelmente frente à avaliação de que não seria mais possível sustentar economicamente mais de uma editora, mantendo-se apenas a *Vitória* desde então e a *Horizonte* deixando de existir. Os textos de interesse do PCB oficiosamente seriam publicados pelo próprio partido, em grande parte na condição de edições clandestinas. Somente no período de 1961 o PCB retomaria o formato editorial “duplo” através da editora *Aliança do Brasil*, embora esta publicasse apenas textos oficiais do PCB ou internacionais e não mais de militantes, como fazia a *Horizonte*.

A *Vitória* foi a mais longeva e importante das editoras de esquerda a atuar de forma legal no Brasil, operando de 1944 a 1964, quando acabou fechada pelos esbirros daqueles que deram o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Além de assumir, embora de forma relativamente moderada – e variando isto

50. Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil*, p. 71.

de acordo com a conjuntura política do país –, as orientações da extinta Horizonte, a Vitória ampliou as temáticas editoriais que inicialmente tinham sido para ela estabelecidas, incorporando temáticas formativas (especialmente, neste quesito, de manuais do que se cognominou “marxismo-leninismo”<sup>51</sup>), filosóficas e econômicas, bem como a publicação de textos marxistas clássicos. Ainda hoje não é incomum que se encontrem reedições de suas obras, além da profusão de indicações bibliográficas de livros e brochuras da Vitória em trabalhos acadêmicos no Brasil e no exterior. Sua longevidade de duas décadas, no campo da difusão do marxismo, foi o fato de maior realce na história editorial de esquerda do Brasil daquele período<sup>52</sup>.

No marco temporal que aqui examinamos, que vai de 1945 a 1964, há um visível crescimento na publicação de livros versando sobre o marxismo. Se, por um lado, temos pela primeira vez uma editora como a Vitória, no campo da difusão das ideias do marxismo, temos uma ampliação no volume de editoras, que abrangem, como ocorrera nos anos 1930, aquelas que buscam inserir em seu perfil editorial vertentes que as permitam sustentar-se economicamente, bem como outras que, embora dedicadas ao marxismo e até mesmo tendo marxistas como proprietários, possuem vida curta. Assim, além das acima citadas, editoras como Assunção, Bandeiras, Brasiliense, Casa do Estudante do Brasil, Companhia Editora Leitura, Doxa Editorial, Edaglit, Edições Atualidades, Edições Autores Reunidos, Edições Contemporâneas, Edições Gernasa, Edições LB, Edições do Povo, Edições Socialistas, Elipse, Felman-Rêgo,

51. Sobre o marxismo-leninismo, veja-se esta observação de Leandro Konder: “É certo que houve marxistas que resistiram à mistificação do Estado soviético e de seu dirigente, Stalin: os trotskistas. [...] Livio Xavier parece ter chegado a perceber que era necessária uma recuperação da dialética, até mesmo em suas raízes hegelianas; tanto assim que ele chegou a fazer uma tradução da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, de Hegel, que saiu em três volumes, lançados em 1936 pela editora Athena (com um pequeno prefácio do próprio tradutor). De maneira geral, contudo, os trotskistas se mostraram impotentes para enfrentar o stalinismo em nome do marxismo, pois travaram seus combates num terreno minado: o do ‘marxismo-leninismo’. Como se empenhavam em aparecer como os ‘verdadeiros’ continuadores do leninismo, eles eram levados a aceitar certas premissas da codificação doutrinária de que se aproveitavam Stalin e os dirigentes do Estado soviético. Admitida a legitimidade do ‘marxismo-leninismo’, com o pragmatismo que lhe é inerente, não havia como evitar que a maioria dos comunistas se inclinasse pelo ‘realismo’ de Stalin e considerasse Trotsky, na melhor das hipóteses, um revolucionário desenganado pelo ‘romantismo’” (Leandro Konder, *A Derrota da Dialética*, p. 200).
52. Sobre a Vitória, ver Vinícius de Oliveira Juberte, *A Editorial Vitória e as Edições Comunistas no Brasil: Da Legalidade ao Golpe (1944-1964)* (Tese de Doutorado), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2023; Flamarion Maués, “A Editorial Vitória e a Divulgação das Ideias Comunistas no Brasil (1944-1964)”, em Marisa Midori Deaecto e Jean-Yves Mollier (orgs.), *Edição e Revolução*, pp. 121-152.

Flama, Fulgor, Futuro, Guaíra, Incahuasi, José Álvaro Editor, Luta de Classes, Lux, Melso, Pan-Americana – Epasa, Problemas Contemporâneos, Protempo, Saga, Zumbi são exemplos desse universo.

Neste conjunto de editoras é importante destacar uma vertente que se coaduna com a orientação imprimida pelos comunistas a partir do final dos anos 1950 até o golpe de Estado cívico-militar de 1964. Trata-se da aproximação que os comunistas travavam com os setores nacionalistas do Partido Trabalhista Brasileiro, que levou o PCB a apoiar o governo de João Goulart entre 1961 e 1964. Casas editoras como as Edições Gernasa e a Fulgor são vigorosos exemplos de tal aproximação, levando à publicação de obras que oscilam nas fronteiras entre o nacionalismo e o comunismo, com diversas coletâneas onde há textos de conhecidos membros ou simpatizantes do PCB, bem como a publicação, especialmente no caso da Fulgor, de um considerável volume de obras oriundas da União Soviética.

Há nisto tudo pontos que devem ser destacados. Nos anos decorridos a partir de 1930 a sociedade brasileira teve, a par do crescimento populacional, um desenvolvimento industrial mais acelerado, acompanhado pelo crescimento da população urbana, que trouxeram novas necessidades para o mercado de trabalho em expansão. Entre elas, a qualificação profissional. Para tanto, mesmo que muito lenta, como vimos no início, houve uma diminuição na taxa de analfabetismo da população brasileira, que passou de 65% a 39,7% entre 1930 e 1960<sup>53</sup>. Ao mesmo tempo que as conquistas obtidas no campo do mundo do trabalho através da legislação trabalhista também colocavam a necessidade da leitura aos trabalhadores industriais e urbanos, houve também algumas efetivas políticas educacionais implantadas desde 1930 em todos os níveis de formação e que resultaram em aumento do público leitor. Neste caso, além do crescimento no número de universidades no país, também começava a organização do que hoje compreendemos como pós-graduação a partir da criação, em 1951, da Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, bem como a realização de acordos entre os Estados Unidos e o Brasil para convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores.

53. Embora o Censo de 1930 não tenha sido realizado, os índices praticamente idênticos entre 1900 e 1920 (65,3 % e 65%, respectivamente) nos parecem indicar que não haveria nenhuma redução significativa nos índices de analfabetismo no Brasil se o levantamento censitário nacional houvesse ocorrido na data prevista.

Tal quadro aponta também para a ampliação relevante de um público universitário, o qual, no final dos anos 1950 em diante, a partir do crescimento pelo interesse do marxismo para além do seu caráter de militância e organização dos trabalhadores, no rumo de poder contar com uma ferramenta de compreensão do país, se tornaria também um dos alvos de casas publicadoras que surgiram naquela época. Editoras como a Zahar e a Difel, que não podem ser assimiladas à difusão militante e ideológica marxista, são exemplos de nova inserção do marxismo no campo editorial brasileiro, onde livros de autores marxistas ou não eram publicados para a compreensão e a discussão de novas questões daquele momento. Tais obras iam além do campo da mera ação política e tinham como foco questões em que não se podia elidir os posicionamentos do marxismo, independentemente da concordância ou não desses autores com ele.

Neste conjunto de editoras há uma que, além da Vitória, merece que nela nos fixemos. Trata-se da Civilização Brasileira. Fundada em 1932 no Rio de Janeiro, era uma casa editorial conservadora, embora tenha nos anos 1930 editado um livro de Barbusse sobre a URSS. A partir da influência de um de seus proprietários, dirigente nacional do integralismo, aproximou-se deste movimento e, por conta disso, com a ilegalização dos partidos políticos, acabou vendida à Companhia Editora Nacional, de São Paulo, a qual conservou o selo editorial para a publicação de livros não didáticos e de ficção. Em 1951, Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editora Nacional, pediu a um seu funcionário e também genro, Ênio Silveira, que dirigisse a Civilização Brasileira. Entusiasmado com o trabalho que ali desenvolvia, Silveira um ano depois adquiriu parte das ações da Civilização Brasileira (em 1963, assumiu o controle acionário total) e a partir de então transformou-a em uma das maiores e mais importantes editoras do país. Silveira criou um amplo catálogo, abrangendo um vasto campo de interesses. Mas foram as publicações nos domínios da sociologia, da economia e da política que fixaram a fisionomia da Civilização Brasileira e a tornaram referência na esquerda brasileira. Apesar de militante do PCB desde os anos 1940, Silveira enfatizava o seu combate no sentido de transformar a realidade nacional e era um ardoroso defensor da independência de pensamento. Isto, no âmbito do PCB, como relatou em um depoimento, lhe trazia incompreensões nas fileiras partidárias, frente às quais deixava claros os limites das relações entre a Civilização Brasileira e o partido:

Quando eles [o PCB], ao saberem da Civilização Brasileira, disseram:

– Bom, temos uma editora.

– Não temos não – disse eu. – O partido não tem. Ele tem a sua editora – que era a Editorial Vitória – mas a Civilização Brasileira não é a editora do partido.

O [Luiz Carlos] Prestes um dia me disse:

– Olha, eu não gostei desse livro que você publicou.

– Está bem, é um direito seu – respondi.

– Mas acho que você não devia publicar, um companheiro nosso não pode publicar um livro desses.

– Não, a editora Civilização Brasileira não é uma editora do partido, nem dirigida pelo partido<sup>54</sup>.

Com a cassação dos direitos políticos de Ênio Silveira após o golpe de Estado de 1964, apesar do posicionamento de seu proprietário frente ao PCB com relação à sua editora, o fato é que a Civilização Brasileira acentuou a publicação de livros de autores marxistas brasileiros e de outras nacionalidades, inclusive soviéticos, sendo a responsável pela publicação da primeira edição brasileira de *O Capital*, de Karl Marx, bem como pela publicação em terras brasileiras das obras de Gramsci<sup>55</sup>.

Neste período de 1945 a 1964, por outro lado, a publicação da literatura anticomunista também se acentuou, especialmente aquela produzida por militares e religiosos. Mas, do mesmo modo que houve uma ampliação do espectro de interesses do marxismo, a literatura anticomunista também buscou em seus focos de interesse acompanhar essa evolução, embora em parte significativa de seu volume ainda se dedicasse à disseminação de que hoje chamaríamos de grosseiras *fake news*. De todo modo, estas publicações antimarxistas trouxeram ao Brasil a luta no campo cultural que se acentuara ao redor do mundo com o desencadeamento da chamada Guerra Fria na segunda metade dos anos 1940 e aqui reproduziam tanto os debates existentes em outros países como promoviam discussões no âmbito brasileiro. Para isso, já desde os anos 1950, mas sobretudo a partir de início da década de 1960, o campo antimarxista criou várias editoras com a finalidade de travar essa batalha no campo cultural

54. Jerusa Pires Ferreira (org.), *Editando o Editor: Ênio Silveira*, São Paulo, Com-Arte/Edusp, 2002, pp. 60-61.

55. Sobre a Civilização Brasileira e Ênio Silveira, ver *idem*; Moacyr Felix (org.), *Ênio Silveira: Arquiteto de Liberdades*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998; Andréa Lemos, *Política Cultural, Empresários e Esquerda: Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense contra a Ditadura*, Rio de Janeiro, Mauad x, 2003; Luiz Renato Vieira, *Consagrados e Malditos: Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*, Brasília, Thesaurus, 1998.

e disseminar suas publicações, muitas delas com recursos vindos de fora do Brasil, em especial dos Estados Unidos<sup>56</sup>.

Ao examinarmos a Tabela 5 e o respectivo Gráfico 4 podemos observar que, em relação aos períodos anteriores, há uma significativa elevação no número de publicações. Em comparação com o período anterior, de 1931 a 1935, cuja média anual de publicações era de 65 livros, o período de 1945 a 1964 eleva o valor para 76,85. O Gráfico 4 tem nas suas extremidades dois eventos históricos, dois golpes de Estado, os quais paradoxalmente apontavam para espectros distintos da democracia: enquanto 1945 abria o caminho ao restabelecimento de uma democracia, 1964 apontava para uma ditadura. Já o seu ponto mais baixo, curiosamente, ocorreu no primeiro ano do segundo governo de Getúlio Vargas, indicando, por parte do mundo editorial, expectativas de quais rumos iriam ser apontados, mas depois do qual se percebe uma escala quase sempre ascendente de publicações, e que toma impulso a partir em 1960, de um lado, por conta da aproximação entre trabalhistas e comunistas e, por outro, pelos reflexos da revolução cubana, e que foi interrompida com o golpe de Estado de março de 1964. Do mesmo modo que ocorrera em 1935, o ano de 1964 apresenta um número inferior ao do ano anterior em razão da interrupção da normalidade democrática, naquela ocasião por conta de uma lei arbitrária e nesta pela deposição de um presidente democraticamente eleito, ambos ocorrendo em meados do primeiro semestre de cada ano.

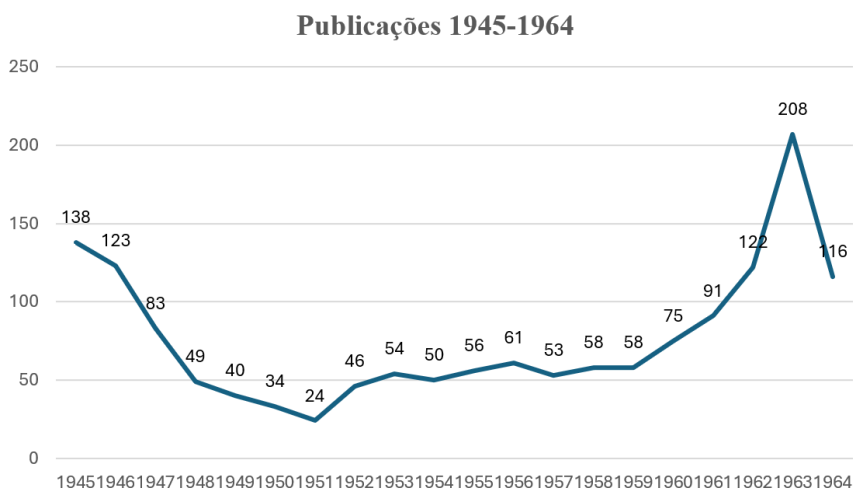
Tabela 5. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1945-1964.

Ano	Total
1945	138
1946	123
1947	83
1948	49
1949	40
1950	34

56. Ver Laura de Oliveira, *Guerra Fria e Política Editorial: A Trajetória das Edições GRD e a Campanha Anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*, Maringá, Eduem, 2015; e Marcelo Ridenti, *O Segredo das Senhoras Americanas: Intelectuais, Internacionalização e Financiamento na Guerra Fria Cultural*, São Paulo, Editora Unesp, 2022.



Gráfico 4. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1945-1964.



O golpe de Estado de março de 1964, no campo editorial, criou inicialmente a percepção que os eventos deste gênero causam em toda a sociedade, ou seja, a de que estariam vedadas as possibilidades de expressão e de difusão das ideias que eram apresentadas como sendo o alvo a ser banido por parte dos golpistas. Tanto foi assim que logo de saída os golpistas invadiram livrarias para efetuar apreensões de livros considerados subversivos segundo a lógica dos golpistas, e Ênio Silveira teve cassados seus direitos políticos por dez anos. No entanto, como Roberto Schwarz nos apontou, as coisas acabaram não permanecendo desta forma. Passados os primeiros momentos do terror desencadeado pelas forças repressivas dos golpistas e tendo se firmado a percepção de que teriam escapado dela, as forças culturais, que detinham latente hegemonia, foram Tateando o terreno e saíram em busca dos espaços que momentaneamente haviam deixado paralisados e os acionaram novamente.

Embora se tenha publicado em 1964 um elevado número de títulos anti-comunistas e de obras que exaltavam e justificavam o golpe de Estado e seu pretexto de luta contra o comunismo, no ano seguinte este estado de coisas voltou a tomar o rumo que fora interrompido no início de abril daquele ano. O ano de 1965, além de reflexões sobre as causas que redundaram no golpe de Estado 1964 e sobre o papel da esquerda neste episódio, trouxe, como dissemos, a retomada do gênero de publicações marxistas que ocorria antes de abril de 1964, bem como a publicação e reedição de textos clássicos do marxismo.

Damos aqui três exemplos do que ocorria em pleno regime golpista. Em abril de 1967 a casa editorial Zahar Editores, de Jorge Zahar, anunciou a publicação de *O Manifesto Comunista de 1848*, com autoria do cientista político britânico Harold J. Laski, o qual acabou lançado em novembro do mesmo ano. Este livro, na verdade, continha não apenas uma análise de Laski sobre o texto de Marx e Engels, feita em 1948 por ocasião das comemorações do centenário de lançamento do *Manifesto*, como trazia o próprio texto integral do *Manifesto Comunista*. Mesmo que não tivessem a forma publicitária dada a outros textos, os anúncios da Zahar e as notas informativas nos jornais dando conta do lançamento do *Manifesto* não deixavam dúvidas sobre o seu conteúdo.

Além da chegada às livrarias do *Manifesto Comunista* publicado pela Zahar, neste mesmo mês de novembro, mais precisamente no dia 5, a edição dominical do diário carioca *Correio da Manhã* trazia um anúncio de página inteira. A peça publicitária da também carioca Editora Saga – que havia sido

fundada pelo ex-comunista Osvaldo Peralva em 1959 e que naquele momento era de propriedade de Fernando Gasparian – anunciava aos leitores, pela primeira vez em terras brasileiras, que as quase 1100 páginas, divididas em três volumes, de *A História da Revolução Russa*<sup>57</sup> de autoria de Leon Trotsky, traduzidas ao longo de 25 anos pela psiquiatra Elizabeth Huggins, poderiam ser encontradas nas livrarias do Brasil a partir do dia 7 de novembro, quando se completariam cinquenta anos da Revolução Russa e também aniversário do autor. No anúncio reproduzia-se, em preto e branco, a capa da obra (de autoria de Maria Luísa Campelo): um enorme “Leon Trotsky” em vermelho sobre um fundo que reproduzia uma parede cinzenta, e nela, o título da obra em caracteres manuscritos negros, como em uma pichação.

Menos de um ano depois, outro diário carioca, o *Jornal do Brasil*, em 17 de agosto de 1968, publicou anúncio de dois terços de página, na vertical, em que a carioca Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, divulgava três de seus livros recém-lançados, reproduzindo suas respectivas capas. Encabeçando a relação dos livros estavam os dois volumes do Livro 1 de *O Capital*, de Karl Marx, traduzido pelo economista Reginaldo Sant’Anna, com capa de Marius Lauritzen Bern, e também editado pela primeira vez por estas paragens<sup>58</sup>. Também, como a de Trotsky, era uma edição comemorativa, neste caso, à brasileira – com quase um ano de atraso –, do centenário de publicação do Livro 1 de *O Capital*.

Neste ambiente, além das obras sobre questões nacionais, foram colocados ao alcance do público leitor brasileiro, sob a mediação do marxismo, livros com as mais variadas discussões que se faziam em todo o mundo. Assim, entre

57. A propósito do lançamento do livro de Trotsky, o jornalista Nestor de Holanda, autor de livro de viagem à União Soviética lançado alguns anos antes, escrevia em coluna *Telhado de Vidro* a jocosa e, porque não dizer, provocativa nota: “Venho lendo nos jornais, entretanto, que o SNI anda muito preocupado com o mundo de comemorações e propaganda que tem tido, na imprensa brasileira, o cinquentenário da Revolução Russa. Aviso, por isso, que o SNI não se incomode com a publicação do livro de Trotsky, para não fazer como o Dops que, durante a revolução [de 1964], apreendeu exemplares de *A Capital*, de Eça de Queiroz, em ligeira confusão com o *O Capital*, de Marx e Engels [sic]... Porque Leon Trotsky foi inimigo de Stalin e até sua memória é odiada pelos comunistas...” (*Diário de Notícias*, 2. Seção, p. 2, 14.II.1967, Rio de Janeiro).

58. Os outros dois eram, na ordem, *Marxismo e Teoria da Literatura*, de Georg Lukács, e *A Revolução Inacabada*, de Isaac Deutscher. Desde os anos 1930 até 1968 somente haviam sido traduzidos no Brasil resumos da obra de Marx, feitos por diversos autores, como Carlo Cafiero, Gabriel Deville, Julian Borchardt, entre outros. Desta feita o livro seria publicado na íntegra, sendo seus volumes lançados entre 1968 e 1974.

muitos outros, podia-se acessar nas livrarias publicações, tanto para o público em geral como aquelas destinadas a uma ambiência mais específica, nas quais se discutiam a teologia da libertação<sup>59</sup> bem como as relações da esquerda com os católicos; a questão do subdesenvolvimento e a luta dos países coloniais por sua independência, com ênfase na Guerra do Vietnã; denúncias sobre as violências cometidas pelos golpistas de 1964; arte, cinema, música, teatro; estudos sobre a violência e o autoritarismo nos Estados Unidos; psicanálise e marxismo; sobre o imperialismo estadunidense; a questão feminina; o maio de 1968 na França; a invasão da Tchecoslováquia; o existencialismo e o estruturalismo frente ao marxismo.

Apesar do fechamento da Vitória logo após o golpe de Estado de 1964, o universo editorial dedicado à difusão do marxismo manteve-se atuante, seja pela continuidade de outras casas editoras, seja pelo surgimento de outras novas, como Alvorada, Argumentos, Coordenada, Escriba, Edições SAP<sup>60</sup>, Documentos, Fatos e Documentos, Idade Nova, Laemmert<sup>61</sup>, Leitura, Senzala e Sinal, entre outras. Aqui, como ressaltamos anteriormente, a Civilização Brasileira, entre aquelas casas editoriais que já possuíam atuação anterior a 1964, teve um papel de destaque tanto pelo volume de obras publicadas quanto pela amplitude temática de suas publicações. Enfim, este período anômalo situado sob um regime ditatorial foi, como o esclarece Roberto Schwarz, “uma espécie de floração tardia, o fruto de dois decênios de democratização, que veio amadurecer agora, em plena ditadura, quando as suas condições sociais já não existem, contemporâneo dos primeiros ensaios de luta armada no país”<sup>62</sup>.

No entanto, é importante que se destaque, ao longo do período aqui tratado, apesar de sua atuação não ser diretamente interdita pelos golpistas, estas editoras foram vítimas de perquirições administrativas e apreensões arbitrárias

59. Em meados de 1966 Ênio Silveira criou, juntamente com Moacyr Félix, sob direção de Waldo César, o selo editorial Paz e Terra, para publicação de obras progressistas de todas as igrejas cristãs, que se manifestaram após o Concílio Vaticano II e que desembocariam na Teologia da Libertação.

60. Esta, na verdade, era uma editora clandestina, que publicava textos do PCB, dando-lhes uma aparência legal.

61. Embora mantivesse o nome da famosa editora fundada por dois irmãos alemães em 1838 e que durou até os anos 1930, esta editora não tinha qualquer relação com ela. Seu proprietário era Manoel de Souza Sobrinho, também dono da Editora Melso. Em janeiro de 1968, quando mudou sua denominação de Gráfica Laemmert para Gráfica Editora Laemmert, o jovem militante da Política Operária Luiz Alberto Moniz Bandeira tornou-se um dos seus sócios.

62. Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, p. 89.

de seus livros (as quais lhes custavam enorme empenho para sua restituição), detenções e prisões de seus editores e funcionários e até de atentados terroristas. No bojo de tal quadro as publicações anticomunistas e a atuação de casas editoras identificadas aos golpistas de 1964 – das quais algumas, não se pode desprezar a hipótese, provavelmente tiveram acesso a recursos públicos para incentivar sua atuação – permaneceram em sua atuação de caução ao novo regime através das publicações, como sempre, em grande parte produzidas por militares e religiosos, além de observável incremento de textos produzidos por autores próximos ao Departamento de Estado e outras instâncias governamentais estadunidenses.

Neste curto quadriênio que aqui examinamos e cuja atividade editorial pode ser vista na Tabela 6 e no Gráfico 5, pode-se notar um movimento de ascenso, excetuando-se o ano de 1966, onde houve uma pequena diminuição. Este movimento, como se sabe, foi brusca e brutalmente interrompido com a decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), pelo qual o governo poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; decretar a intervenção federal em Estados e municípios; decretar o Estado de sítio; decretar a suspensão da liberdade de reunião e de associação; decretar a censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas corpus*. Esta medida colocou o Brasil sob o jugo de uma feroz ditadura e o fez viver o período mais sombrio de sua história. Em 1970 o governo chegou a decretar a censura prévia de livros, a qual, no entanto, frente à reação da intelectualidade e, sobretudo, pela dificuldade material em sua operacionalização não conseguiu ser implantada na amplitude imaginada pelos seus brutais idealizadores. No entanto, ela criou uma cultura censória nos meios editoriais que serviu para aí dificultar iniciativas mais consistentes<sup>63</sup>. A difusão das ideias marxistas, por evidente, sofreu uma brutal contração. Elas foram atiradas aos desvãos da clandestinidade, e da qual elas somente começariam a sair para recuperar o seu espaço público e o das livrarias a partir do final da segunda metade dos anos 1970.

63. Sandra Reimão, *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2011, p. 57.

Tabela 6. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1965-1968.

Ano	Total
1965	171
1966	156
1967	184
1968	218
Total	729

Gráfico 5. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1965-1968.



Ao longo desta trajetória de 76 anos aqui sumarizada e que tem nesta bibliografia reunidos quase três mil livros e brochuras (incluídas as reedições), é possível ter uma dimensão das publicações do e sobre o marxismo do Brasil.

Esta longa trajetória revela uma tarefa, no caso brasileiro, quase impossível de ser concluída. Como apontamos aqui anteriormente isto tem a ver com uma série de razões, das quais gostaríamos de destacar e reiterar algumas. Em primeiro lugar elas estão na incapacidade do Estado brasileiro em conformar o funcionamento de suas instituições dentro do que se conhece hoje como Estado Democrático de Direito. Embora os 76 anos que aqui estão registrados tenham se passado sob governos que funcionaram sob regime republicano, as noções do significado de República em muitos desses governos e das cons-

tituições sob as quais eles agiram estavam longe de compreender a noção do respeito às ideias e aos discursos daqueles que divergem.

Nas constituições a que os governantes juravam obedecer quando tomavam posse em seus cargos, de 1891 a 1967, estavam consignadas formas protocolares de respeito à manifestação do pensamento sem censura. No entanto, era com as entrelinhas, as quais falavam em propaganda de guerra, subversão da ordem e tantos outros artefatos ideológicos formulados por liberais ou fascistas, que estes governantes calavam seus opositores. Assim, com poucas exceções, esses governos respondiam às divergências com o emprego da violência do Estado. E no campo da edição o mesmo ocorria.

Para que fique bem claro, aqui liberdade de expressão é compreendida como o convite ao diálogo e não um monopólio de discurso ou um monólogo, como tão comumente se vê defenderem em nossos dias egressos das escolas militares e afins.

Se até 1930 o movimento dos trabalhadores, que não era tolerado nem admitido na cena política, era recebido com o dístico de Washington Luiz (“A questão social é um caso de polícia”), e seus militantes eram assassinados, espancados, presos por tempo indefinido ao arpejo da lei ou, quando estrangeiros, expulsos do Brasil, depois disso, quando aos trabalhadores foram concedidos, a contragosto, é verdade, direitos, a polícia vinha acompanhada por procuradores e outros servidores do Estado – os quais em boa parte costumavam fechar os olhos quando seus colegas das delegacias de ordem política e social espancavam, torturavam ou, até, assassinavam – para receberem processos e condenações judiciais. Mas sempre, com relação às suas publicações, eram elas confiscadas e, na maioria dos casos, desapareciam em incineradores. Depois de 1945, a violência contra os opositores, é verdade, arrefeceu um pouco, mas não deixou de existir e nos conflitos mais agudos era exercida com rigor e determinação, sobretudo em greves e grandes mobilizações. Neste momento, as apreensões e buscas em editoras, livrarias e gráficas, escoradas na Lei de Imprensa, ocorriam em menor escala do que anteriormente, mas nunca deixaram de existir e eram feitas a partir das interpretações de magistrados e policiais adequadas ao seu pensar e não ao espírito da lei. Com o AI-5 as perseguições e violências voltaram em escala intensa e incontrolada.

Com respeito à cultura bacharelesca que orna as mentes das “élites” brasileiras, é importante preservar as palavras de Ênio Silveira dirigidas a um beaguim a propósito de uma apreensão ocorrida em São Paulo em meados de 1963:

Se as conclusões a que chegam [Ênio Silveira referia-se aos livros apreendidos] não são exatamente as mesmas que V.Sa. desejaria encontrar, tal não constitui crime algum. Antes, indicam que V. Sa. não está munido da capacidade de abandonar antigos e inadequados métodos de interpretação, ou, o que é ainda mais lastimável, de admitir a existência de novos<sup>64</sup>.

Esta violência que atravessou anos levou a que uma grande quantidade de livros e de brochuras acabassem desaparecendo e deles muitas vezes não persistisse o menor traço, exceto daqueles que por alguma razão tivessem sido conservados por algum militante ou mantidos em um registro policial de confisco ou mesmo houvesse apenas ficado assinalada a sua existência, em memórias de antigos participantes desses movimentos sociais ou em periódicos que tenham transcrito deles alguma informação. Enfim, nunca se saberá ao certo se estas publicações poderão um dia voltar à luz do dia e ficar sob olhos de futuros leitores interessados em recuperá-los.

Ao mesmo tempo, esta violência do Estado vinha acompanhada da desídia de funcionários públicos e dos editores também. Sabemos que desde a metade do século XIX existiram leis conhecidas como “depósito legal” que obrigavam editores e proprietários de gráficas que enviassem o resultado de seu trabalho à Biblioteca Nacional. No entanto, quando se consulta o acervo da Biblioteca Nacional é fácil perceber que ali não está sequer um número significativo da produção das editoras ao longo da história da República brasileira. Aqui não é possível saber de quem é a responsabilidade. É mais provável, em sua maioria, que seja dos editores, os quais, mesmo podendo enviar gratuitamente à Biblioteca Nacional seus livros e brochuras, como facultava a lei, não os enviavam. E, como vimos, também não é possível ignorar o conluio de funcionários dos Correios com as delegacias de Ordem Política e Social no sentido de reterem o envio de “publicações subversivas” ou denunciarem à repressão os seus remetentes. Mas também não é possível descartar a responsabilidade de funcionários de bibliotecas, os quais, por excesso de “zelo” (referimo-nos aqui às publicações que compõem esta bibliografia), poderiam ter descartado ou ocultado,

64. Carta de Ênio Silveira a Aldevio Barbosa de Lemos [Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo], Rio de Janeiro, 29.7.1963 *apud* Rodrigo Czajka, “Quem Não Lê Mal Fala, Mal Ouve, Mal Vê: Repressão e Censura à Editora Civilização Brasileira (1963-1970)”, em Carlos Fico e Miliandre Garcia (orgs.), *Censura no Brasil Republicano: Sociedade, Música, Telenovelas e Livros*, Salvador, Saga, 2021, vol. II, pp. 168-169.

pelas mais variadas razões – medo ou posicionamento político –, os livros ou brochuras. E isto apenas nos referindo às editoras legalmente existentes. Sabemos que muitos editores de obras marxistas faziam questão do envio das obras que publicavam à Biblioteca Nacional por ter pleno conhecimento da lei de “depósito legal”. De qualquer modo, basta consultar esta bibliografia no caso da Vitória, por exemplo, que foi uma editora legal em toda a sua trajetória, e cotejar os dados aqui encontrados com o catalogado na Biblioteca Nacional que facilmente se perceberá que não são apenas pequenos deslizes que explicam a diferença de números entre o publicado e o conservado. Para prosseguirmos no argumento, embora o depósito legal não tenha efeitos em Estados e municípios, o mesmo ocorre, no caso da Editora Brasiliense, por exemplo, com a defasagem entre o publicado e o conservado na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo. E assim poderíamos nos estender indefinidamente com mais exemplos. O fato é que estas instituições, públicas ou privadas, não cumprem, pelas mais variadas razões, seus deveres legais ou morais no campo da preservação da memória.

O exame da Tabela 7 e do Gráfico 6, que reúnem o conjunto de tabelas e gráficos anteriormente segmentados, permite notar com clareza que naqueles períodos nos quais se tinha a percepção do exercício da liberdade de expressão e da existência do Estado Democrático de Direito (exceto naquele anômalo e paradoxal período entre 1964 e 1968, pelas razões já expostas) havia um incremento na difusão de publicações marxistas, dentro dos quais havia inflexões cujas quedas estavam, como apontamos, vinculadas a elementos conjunturais que as explicam. No conjunto, também é possível observar com grande clareza que dois elementos conjunturais, a Revolução Russa de 1917 e a chamada Revolução de 1930, são momentos de ascensão (obviamente os reflexos produzidos a partir de 1917 se deram em menor proporção, pelas fortes injunções internas ainda existentes) da produção da literatura marxista e para os quais há uma elevação sem redução estatística aos patamares anteriores.

E, por fim, como se pode ver na Tabela 8, que a produção anual de literatura marxista passou, nos diversos períodos em que aqui dividimos, de 2,34 a 182 livros publicados por ano, com apenas uma redução no período da ditadura do Estado Novo. O total de livros publicados ao longo desses três quartos de século daria uma média de pouco menos de quarenta livros e brochuras por ano. E se hoje tais números certamente são muito mais elevados os devemos àqueles que, ao longo dos 76 anos que aqui tratamos,

construíram, apesar dos percalços por eles vividos, as bases que agora são o piso sólido que pisamos.

Mas, por tudo isso, esta é uma obra que começou, continua e não acabará.

Tabela 7. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1893-1968.

Ano	Total
1893	1
1897	1
1898	2
1901	1
1903	1
1905	1
1906	2
1908	1
1914	1
1916	1
1918	1
1919	7
1920	11
1921	5
1922	10
1923	5
1924	5
1925	3
1926	9
1927	4
1928	6
1929	4
1930	7
1931	58

1932	41
1933	62
1934	116
1935	51
1936	25
1937	32
1938	26
1939	15
1940	18
1941	17
1942	19
1943	39
1944	46
1945	138
1946	123
<hr/>	
1947	83
1948	49
1949	40
1950	34
1951	24
1952	46
1953	54
1954	50
1955	56
1956	61
1957	53
1958	58
1959	58
1960	75

Ateliê Editorial

1961	91
1962	122
1963	208
1964	116
1965	171
1966	156
1967	184
1968	218
Sem data	7
Total	2.929

Gráfico 6. PUBLICAÇÕES POR ANO – 1893-1968.

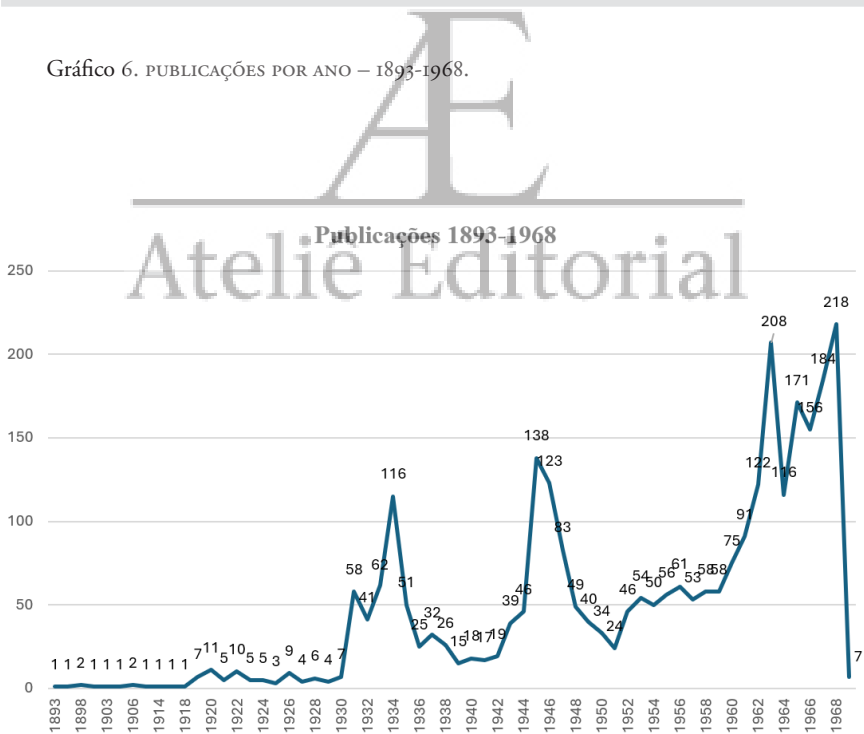


Tabela 8. PUBLICAÇÕES POR PERÍODO.

Datas-limite	Títulos	Média Anual
1893 – 1930	89	2,34
1931 – 1935	328	65,60
1936 – 1944	237	26,33
1945 – 1964	1.539	76,95
1965 – 1968	729	182,25
Total	2.922*	41,14

\*Deste total estão excluídas sete obras das quais não encontramos a data de publicação.

Esta bibliografia foi construída inicialmente a partir das correções e acréscimos que eu fazia em meu exemplar de *O Marxismo no Brasil*, do professor Edgard Carone, com base nos livros e brochuras que ia encontrando em sebos por mim frequentados em São Paulo e nos quais, vez ou outra, eu o encontrava, especialmente no Ornabi – sigla para Organização Nacional de Biblioteca, que hoje não mais existe e que ficava na rua Benjamin Constant, perto da Praça de Sé, de propriedade do falecido Luís Dias, um português com quem muito aprendi sobre livros. Nestes encontros com o professor Carone conversávamos, como não ia ser diferente, sobre nossa mútua paixão: os livros. E que prosseguiram nos anos seguintes. Durante minha estadia na graduação na Faculdade de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no início dos anos 1980, fui seu aluno em uma disciplina do curso de História do Brasil e mais tarde, de 1996 a 2002, Carone me orientou em meu doutorado sobre o Bloco Operário e Camponês do Brasil. Infelizmente, um ano depois, ele nos deixou.

Meu “rascunho” iniciado em 1986, que cresceu de tal modo que já não cabia mais nas margens e frestas das páginas de meu exemplar *O Marxismo no Brasil* e acabou se transferindo a outro exemplar do livro, que também foi todo tomado por notas, e a seguir levado a vários blocos de notas, me fez cogitar uma nova edição da obra de Edgard Carone. Há alguns anos, fui incentivado pelos professores Marisa Midori Deaecto e Lincoln Secco a con-

cretizar este trabalho. No entanto, ao iniciá-lo, depois de contar com a colaboração da Dismiga, a minha querida filha Ana Clara Mitestaines Karepovs, no imprescindível trabalho de digitação, refiz, por conta de outro trabalho que eu realizava, a leitura do ensaio de Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, o qual eu havia lido no final dos anos 1970, durante minha estadia na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e as reflexões ali expostas me fizeram rever o projeto de simplesmente fazer uma espécie de “segunda edição revista e ampliada” e promover modificações de método e, sobretudo, rever os marcos cronológicos originais, que estavam limitados a 1918 e 1964. Nos marcos originais, de 1918 a 1964, com as correções e acréscimos feitos, eu havia mais que duplicado o trabalho original. Com a extensão dos marcos cronológicos, correções e acréscimos, o trabalho original foi quase quadruplicado.

É preciso enfatizar que a metodologia originalmente empregada pelo professor Carone para estruturar *O Marxismo no Brasil*, e aqui preservada, teve cuidados absolutamente essenciais para um trabalho deste gênero. Ela tinha como objetivo inserir o estudo da difusão do marxismo no Brasil dentro dos quadros de uma história cultural, em que se pudessem captar seus fluxos multipolares. Ou seja, fazer com que se pudesse registrar não apenas livros e brochuras marxistas *stricto sensu* mas, mais do que isso, registrar a sua recepção, a sua difusão e a sua interpretação, de modo que se pudesse documentar não apenas o marxismo e suas várias correntes, mas também aqueles que dele fazem uso bem como aqueles que a ele se opõem. Pois é só desse modo que é possível compreender a sua disseminação na sociedade.

Fundamentalmente, as modificações que introduzi foram abolir as subdivisões que o professor Carone havia feito, com a denominação de “Assuntos Vários”, que englobavam economia, estética, história, legislação, medicina e ciência, psicanálise e educação. Observei que em tais divisões não poucas vezes não se encontravam livros que ali deveriam se encontrar, mas que estavam localizados na seção geral que recebera o título de “Teoria”, indicando-se, a rigor, pois, um novo rearranjo. A única subdivisão que foi mantida foi a referente aos livros de viagem, pois a sua especificidade temática se impõe. Me pareceu que o mais produtivo para evitar as incongruências observadas era agrupar todos os livros em uma única seção, organizada em ordem alfabética de autor, a qual seria complementada por índices de editoras e de ano de pu-

blicação. A conexão entre esta seção única e os índices permitirá aos leitores estabelecer as necessárias conexões e buscar os dados desejados.

Além disso, com respeito ao arranjo original de *O Marxismo no Brasil*, julguei necessário suprimir a seção originalmente intitulada “Literatura Proletária”. Aqui é necessário um esclarecimento.

Carone definiu a seção “Literatura Proletária” como

[...] aquela que se volta para o operariado e os deserdados, principalmente para os primeiros. Analisa-se o seu cotidiano, o seu trabalho e suas lutas. A produção literária russa e de outras nacionalidades é produto daqueles que “aprenderam a viver antes de aprender a escrever”, numa feliz observação de um crítico. Daí o herói não ser mais o místico atormentado e nem o que se autodestrói, mas o que acaba percebendo o sentido positivo da vida e que, identifica sua ação com a da classe operária<sup>65</sup>.

A caracterização aponta para uma visão caudatária do realismo socialista. Mas aqui a questão não diz respeito à opção interpretativa do professor Carone. Fiquei convencido de que a seção “Literatura Proletária” era algo incompleto, ainda em construção, ao contrário das outras seções. Quando se consulta a sua biblioteca, hoje à disposição dos pesquisadores como uma das coleções da Biblioteca do Museu Republicano de Itu da Universidade de São Paulo, é fácil perceber que ali estão, no campo da literatura, muitos autores e obras que não se encontram na seção “Literatura Proletária” de *O Marxismo no Brasil*. Por quê? Seriam incluídos em uma futura reedição? Talvez. Mas autores como Graciliano Ramos, Dyonelio Machado, que ali simplesmente não aparecem, e Alina Paim e Dalcídio Jurandir, que comparecem com apenas um livro cada, para ficarmos nos mais óbvios<sup>66</sup>, e que sempre se identificaram com as posições comunistas e deram à sua obra um compromisso com as questões sociais, nos reforçaram a noção de incompletude de “Literatura Proletária”. Também é de se notar a ausência de gêneros literários, como poesia, teatro etc., que enfatiza essa perspectiva. Afora isso, quando o professor Carone expandiu o seu objeto com a inclusão de “certos romances não proletários”<sup>67</sup>, as fronteiras desse objeto “Literatura Proletária” ficam ainda mais fluidas e a empreitada de ampliá-lo e/ou reorganizá-lo se torna algo, para dizer um mínimo, arriscado e temeroso.

65. Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil*, pp. 75-77.

66. Além de muitos outros escritores que foram militantes do PCB e que não se encontram em “Literatura Proletária”.

67. Edgard Carone, *O Marxismo no Brasil*, p. 78.

Assim, respeitando o que foi feito, aos interessados permanecerá a opção de exame e discussão da edição de 1986.

Procedi a algumas padronizações de procedimentos adotados pontualmente pelo professor Carone. A primeira dessas padronizações foi a da quase total eliminação das identificações *et alii*, ou *et al.* (expressão latina que significa “e outros” e que nas bibliografias serve para indicar quando a obra possui muitos autores) e “organizador” (abreviada como “org.” e que serve nas bibliografias para indicar aquele que organizou ou coordenou uma obra coletiva) e sua substituição pelos nomes de todos os autores que contribuem no livro ou na brochura, conservando-se, no caso de “org.”, a informação, pois ela indica um trabalho específico no conjunto da obra. De *et alii* e “org.” restaram aqui um par de casos de cada um. São casos em que a descrição do conjunto de colaboradores consumiria páginas, o que aqui se tornaria inviável, e/ou casos em que não foi possível encontrar o livro referido. A segunda padronização, decorrente da anterior, foi, no caso em que existem até quatro autores, como o próprio professor Carone até chegou a fazer em apenas momentos mas não generalizou o critério, a de fazer uma entrada para cada colaborador, até o limite de quatro, a fim de facilitar as buscas por estes autores. Julguei que tais procedimentos permitiriam ao leitor melhor apreender a amplitude do universo abrangido, dando uma dimensão mais acurada daqueles que tiveram um papel na discussão e difusão do marxismo no Brasil e também auxiliar nas pesquisas (que terão reflexo nos índices ao final: o cronológico, o editorial e o onomástico).

Aqui, por fim, mas não menos importante, é relevante informar que às fontes iniciais, a biblioteca do professor Carone, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo, e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foram acrescidas as bibliotecas da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Fundação Getúlio Vargas, do Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois, a minha biblioteca pessoal e a bibliografia que arrolo adiante.

Apresento os símbolos e as abreviaturas aqui utilizadas:

\* – o asterisco que antecede o título significa que não foi consultado;

[ ] – colchetes indicam que se trata de informação conseguida pelo autor desta bibliografia, obtida de dados externos, como datas de publicação extraídas de informações publicadas em periódicos, informações sobre profissão do autor do livro ou brochura, informação sobre o nome completo ou pseudôni-

mo do autor do livro ou brochura, informações complementares relativas ao livro ou à brochura etc.

advert. – advertência

amp. – ampliada

anot. – anotada

apres. – apresentação de

atual. – atualizada

cinemat. – cinematográfica

cond. – condensada

coord. – coordenador

dir. – direção de

ed. – edição

epíl. – epílogo de

*et alii / et al.* - expressão latina que significa “e outros”

intr.. – introdução de

org. – organizador

p. – páginas

posf. - posfácio

póst. - póstuma

pref. – prefácio de

pseud.. – pseudônimo

rev. – revista por

rev. tec. – revisão técnica de

s.d. – sem data de publicação

s.ed. – sem editora

s.l. – sem local de publicação

sel. – seleção de

trad. – tradução de

## Referências Bibliográficas

AÇÃO Educativa e INSTITUTO Paulo Montenegro. *Indicador de Alfabetismo Funcional Brasil 2018. Resultados Preliminares*. Disponível em site da internet. Acesso em 4.4.2023.

- BATALHA, Claudio. "A Difusão do Marxismo e os Socialistas Brasileiros na Virada do Século XIX". In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 2: *Os Influxos Teóricos*. 2. ed. Campinas, Editora Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Le Syndicalisme "Amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 1986 (Tese de Doutorado).
- BRANDÃO, Octávio. *Contra a Corrente do Comunismo*. Rio de Janeiro, 12.7.1926.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil Burguês e Revolucionário: Relatório Trimestral do P.C.B. ao C.E. da I.C. – Janeiro a Março – 1924*. Rio de Janeiro, 10.4.1924.
- BRASIL. Biblioteca Nacional. *Boletim Bibliográfico*. Rio de Janeiro.
- Vol. 15, n. 1 e 2, 1º e 2º semestres de 1965, 445 p.; vol 16, n. 1 e 2, 1º e 2º semestres de 1966, 410 p.; vol 17, n. 1 e 2, 1º e 2º semestres de 1967, 418 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1961*. Rio de Janeiro, Sadegra, 1961. 99 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1962*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1962. 105 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1963*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1963. 105 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1964*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1966. 78 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1965*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1966. 114 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1966*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, [1967]. 159 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1967*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1968. 122 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1968*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, [1969]. 177 p.
- \_\_\_\_\_. *Exposição Lançamentos do Ano 1969*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1970. 78 p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisas. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 3 (1956), 1957. 340 p.; vol. 4 (1957), [1958]. 288 p.; vol. 5 (1958), [1959]. 251 p.; vol. 6 (1959), [1960]. 239 p.; vol. 7 (1960), [1961]. 237 p.; vol. 8 (1961), [1962]. 211 p.; vol. 9/II (1962/1964), 1966. 296 p.; vol. 12/13 (1965/1966), 1969. 440 p.
- BRASIL. Instituto Nacional do Livro. *Bibliografia Brasileira Mensal*. Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1, nov. 1967; ano 1, n. 2, dez. 1967; ano 1, n. 3, jan. 1968; ano 1, n. 4, fev. 1968; ano 1, n. 5, mar. 1968; ano 1, n. 6, abr. 1968; ano 1, n. 7, maio 1968; ano

- 1, n. 8, jun. 1968; ano 1, n. 9, jul. 1968; ano 1, n. 10, ago. 1968; ano 1, n. 11, set. 1968; ano 1, n. 12, out. 1968; ano 1 [sic], n. 13, nov. 1968; ano 1 [sic], n. 14, dez. 1968; vol. 2, n. 1, jan. 1969; vol. 2, n. 2, fev. 1969; vol. 2, n. 3, mar. 1969; vol. 2, n. 4, abr. 1969.
- CARONE, Edgard. *Leituras Marxistas e Outros Estudos*. Org. Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto. São Paulo, Xamã, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O Marxismo no Brasil (das Origens a 1964)*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986. 264 p.
- CHACON, Vamireh. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- CHILCOTE, Ronald H. *Brazil and Its Radical Left: An Annotated Bibliography on The Communist Movement and The Rise of Marxism, 1922-1972*. Millwood, Kraus International Publications, 1980. 455 p.
- CZAJKA, Rodrigo. “Quem Não Lê Mal Fala, Mal Ouve, Mal Vê: Repressão e Censura à Editora Civilização Brasileira (1963-1970)”. In: FICO, Carlos & GARCIA, Miliandre (orgs.). *Censura no Brasil Republicano: Sociedade, Música, Telenovelas e Livros*. Salvador, Saga, 2021, vol. 11, p. 168-169.
- DAVID, Vincent. “Alfabetização e Desenvolvimento”. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 19, n. 58, p. 541, Rio de Janeiro, jul.-set. 2014.
- DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e Revolução: Leituras Comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- DEVILLE, Gabriel. *Le Capital de Karl Marx Résumé et Accompagné d'un Aperçu sur le Socialisme Scientifique*. Paris, C. Marpon/E. Flammarion, 1883, 324 p. (Bibliothèque Socialiste).
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit, 1962.
- ESTADOS UNIDOS. National Center for Education Statistics – National Assessment of Adult Literacy. *120 Years of Literacy*. Disponível em site da internet. Acesso em 10.4.2023.
- FELIX, Moacyr (org.). *Ênio Silveira: Arquiteto de Liberdades*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Editando o Editor: Ênio Silveira*. São Paulo, Com-Arte/Edusp, 2002.
- FURTADO, Dila Ribeiro; Biblioteca Nacional; Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. *Bibliografia Afro-Asiática*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1962. 75 p.

- GALLO, Ivone Cecília d'Ávila. *A Aurora do Socialismo: Fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)*. Campinas, Unicamp, 2002 (Tese de Doutorado).
- GAMA, Luiz. *Obras Completas*, vol. 5: *Direito (1870-1875)*. Org. Bruno Rodrigues de Lima. São Paulo, Hedra, 2023.
- HANSEN, João Adolfo. *O Que É um Livro?* Cotia/São Paulo, Ateliê Editorial/Edições Sesc, 2019 [Bibliofilia, 1].
- HARDMAN, FRANCISCO FOOT & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (Das Origens aos Anos 20)*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1991.
- HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet Challenge, 1917-1947*. Austin, University of Texas Press, 1991.
- JUBERTE, Vinícius de Oliveira. *A Editorial Vitória e as Edições Comunistas no Brasil: Da Legalidade ao Golpe (1944-1964)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2023 (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. *O PCB e os Livros: A Editorial Calvino no Período da Legalidade do Partido nos Anos 1940 (1943-1948)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016 (Dissertação de Mestrado).
- KAREPOVS, Dainis. “A Gráfico-Editora Unitas e seu Projeto Editorial de Difusão do Marxismo no Brasil dos Anos 1930”. In: DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e Revolução: Leituras Comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFGM, 2013, pp. 65-119.
- KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética: A Recepção das Ideias de Marx no Brasil, até o Começo dos Anos Trinta*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- LEMONS, Andréa. *Política Cultural, Empresários e Esquerda: Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense contra a Ditadura*, Rio de Janeiro, Mauad x, 2003;
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Le Manifeste Communiste*. Trad. Charles Andler. Paris, Société Nouvelle de Librairie et d'Édition, 1901.
- \_\_\_\_\_. *Manifeste du Parti Communiste*. Trad. Laura Lafargue, revisada por Friedrich Engels. Paris, Librairie du Parti Socialiste (SFIO), 1912.
- MAUÉS, Flamarion. “A Editorial Vitória e a Divulgação das Ideias Comunistas no Brasil (1944-1964)”. In: DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e Revolução: Leituras Comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte, Ateliê Editorial/Editora UFGM, 2013, pp. 121-152.
- MEDEIROS, Ana Lígia Silva & D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (orgs.). *Vargas e os Anos Cinquenta, Bibliografia*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1983. 155 p.

- MEDEIROS, Ana Lígia Silva e HIRST, Mônica (orgs.). *Bibliografia Histórica: 1930-45*. Brasília/Rio de Janeiro, Editora Universidade de Brasília/Fundação Roberto Marinho, 1982. 226 p.
- MENDES, Evelyse Maria Freire. *Bibliografia do Pensamento Político Republicano (1870-1970)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília/Câmara dos Deputados, 1981. 210 p.
- MENDONÇA JÚNIOR, Áureo Ottoni de et al. *Bibliografia Brasileira 1940*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1954. 475 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1942-1945*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1953, 2 vols. 873 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1947-1952*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1957, 2 vols. 1355 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1953*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1955. 241 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1954*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1956. 403 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1955*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1959. 325 p.
- MONTEIRO, Irene de Queirós. *Bibliografia Brasileira 1941*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1952. 475 p. 292 p.
- MOURA, Valdiki. *Bibliografia Brasileira do Cooperativismo: Pequeno Ensaio de Sistematização*. Rio de Janeiro, Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951. 132 p. (Coleção Que é o Brasil, 4).
- OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e Política Editorial: A Trajetória das Edições GRD e a Campanha Anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá, Eduem, 2015.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. Rio de Janeiro/Brasília, Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro, 1980. 355 p.
- OTTONI, Áureo e outros da Seção de Publicações. “Bibliografia Brasileira Corrente [1º trimestre de 1956]”. *Revista do Livro*<sup>68</sup>, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1-2, pp. 228-280, jun. 1956.

68. *Revista do Livro* (Órgão oficial do Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura). Diretores do INL: José Renato Santos Pereira (jun. 1956 – dez. 1960); Augusto Meyer (mar. 1961 – mar. 1964); A. G. Pereira Caldas (mar. 1964 – ago. 1964); Augusto Meyer (set. 1964 –). Dire-

- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Abril – Agosto 1956”. *Revista do Livro*, ano I, n. 3-4, pp. 303-380, dez. 1956, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Setembro – Dezembro 1956”. *Revista do Livro*, ano II, n. 5, pp. 253-323, mar. 1957, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Janeiro – Abril 1957”. *Revista do Livro*, ano II, n. 6, pp. 243-303, jun. 1957, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Maio – Julho 1957”. *Revista do Livro*, ano II, n. 7, pp. 253-306, set. 1957, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Agosto – Outubro 1957”. *Revista do Livro*, ano II, n. 8, pp. 291-336, dez. 1957, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Novembro – Dezembro 1957”. *Revista do Livro*, ano III, n. 9, pp. 263-309, mar. 1958, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Janeiro – Março 1958”. *Revista do Livro*, ano III, n. 10, pp. 255-299, jun. 1958, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Abril – Junho 1958”. *Revista do Livro*, ano III, n. 11, pp. 263-324, set. 1958, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Julho – Setembro 1958”. *Revista do Livro*, ano III, n. 12, pp. 287-342, dez. 1958, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Outubro – Novembro [sic] 1958”. *Revista do Livro*, ano IV, n. 13, pp. 273-325, mar. 1959, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Janeiro – Março 1959”. *Revista do Livro*, ano IV, n. 14, pp. 219-266, jun. 1959, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Abril – Junho 1959”. *Revista do Livro*, ano IV, n. 15, pp. 243-310, set. 1959, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Julho – Setembro 1959”. *Revista do Livro*, ano IV, n. 16, pp. 239-308, dez. 1959, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Outubro – Dezembro 1959”. *Revista do Livro*, ano V, n. 17, pp. 255-312, mar. 1960, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Janeiro – Março 1960”. *Revista do Livro*, ano V, n. 18, pp. 231-287, jun. 1960, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Abril – Junho 1960”. *Revista do Livro*, ano V, n. 19, pp. 241-310, set. 1960, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Julho – Setembro 1960”. *Revista do*

- Livro*, ano v, n. 20, pp. 235-294, dez. 1960, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Outubro – Dezembro 1960”. *Revista do Livro*, ano vi, n. 21-22, pp. 255-308, mar.-jun. 1961, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Janeiro – Junho 1961”. *Revista do Livro*, ano vi, n. 23-24, pp. 233-320, jul.-dez. 1961, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Julho – Dezembro 1961”. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano vi [sic], n. 25, pp. 249-348, mar. 1964.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Brasileira Corrente, Janeiro – Dezembro 1962”. *Revista do Livro*, ano vii [sic], n. 26, pp. 201-384, set. 1964, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1963*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1966. 127 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1964*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1966. 183 p.
- \_\_\_\_\_. *Bibliografia Brasileira 1965*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1966. 179 p.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “O Movimento Operário Brasileiro: Bibliografia (Livros, Artigos, Revistas, Folhetos)”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, anos vii e viii, pp. 175-217, 1979 e 1980, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. “O Movimento Operário Brasileiro: Bibliografia (ii) (Livros, Artigos, Revistas, Folhetos)”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, ano ix, pp. 175-186, 1981, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia sobre o Movimento Operário Gaúcho: (ii) (Livros, Artigos, Revistas, Folhetos)”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, ano ix, pp. 187-200, 1981, Porto Alegre.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão – A Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- PRESIDÊNCIA de S. Paulo, *Quatriênio 1920-1924: Plataforma Política do Sr. Washington Luiz, Discursos do Sr. Carlos de Campos e do Sr. Jorge Tibiriçá*. São Paulo, Typ. Casa Garraux, 1920.
- REED, John Silas. *10 Dias que Abalaram o Mundo*. S. trad. Porto Alegre, Empresa Editora Nacional Lux, 1930. 223 p.
- \_\_\_\_\_. *10 Dias que Abalaram o Mundo*. S. trad. 2. ed. São Paulo, Empresa Editora Nacional Lux, 1931. 241 p.
- \_\_\_\_\_. *10 Dias que Abalaram o Mundo*. S. trad. 3. ed. São Paulo, Lux, 1931. 245 p.

- REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2011.
- REIS, Mercedes de Moura *et al.* *Bibliografia Brasileira 1946*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1947. 307 p.
- RIDENTI, Marcelo. *O Segredo das Senhoras Americanas: Intelectuais, Internacionalização e Financiamento na Guerra Fria Cultural*. São Paulo, Editora Unesp, 2022.
- S.A. *Bibliografia Brasileira 1938-1939*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1941. 325 p.
- SABLE, Martin N. & DENNIS, Wayne. *Communism in Latin America. An International Bibliography: 1900-1945, 1960-1967*. Los Angeles, Latin American Center – University of California, 1968. 220 p.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- \_\_\_\_\_. “Cultura e Política, 1964-1969. Alguns Esquemas”. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros: Formação da Esquerda no Brasil*. Cotia, Ateliê Editorial, 2017.
- SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. *Edições Brasileiras: Catálogo Trimestral de Livros Publicados no Brasil*. Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1963. 131 p.; n. 2, dez. 1964. 150 p.
- SOUZA, Newton Stadler de. *O Anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- SOUZA, Washington Luiz Pereira de. *Plataforma de Governo de Washington Luiz Pereira de Souza, Candidato à Presidência da República para o Quatriênio de 1926-1930, Lida em 28 de Dezembro de 1925 no Rio de Janeiro*. São Paulo, Typ. Casa Garraux, 1926.
- TAVARES, José Nilo. *Marx, o Socialismo e o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos: Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília, Thesaurus, 1998.